

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	5
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	8
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	9
1.5 Principais clientes	10
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	11
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	12
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	13
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	14
1.10 Informações de sociedade de economia mista	18
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	19
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	20
1.13 Acordos de acionistas	21
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	22
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	23
1.16 Outras informações relevantes	24
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	25
2.2 Resultados operacional e financeiro	38
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	42
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	43
2.5 Medições não contábeis	44
2.6 Eventos subsequentes as DFs	45
2.7 Destinação de resultados	46
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	48
2.10 Planos de negócios	49
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	53
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	54
3.2 Acompanhamento das projeções	55

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	56
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	72
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	73
4.4 Processos não sigilosos relevantes	77
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	86
4.6 Processos sigilosos relevantes	87
4.7 Outras contingências relevantes	88
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	89
5.2 Descrição dos controles internos	90
5.3 Programa de integridade	92
5.4 Alterações significativas	99
5.5 Outras informações relevantes	100
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	101
6.3 Distribuição de capital	106
6.4 Participação em sociedades	107
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	108
6.6 Outras informações relevantes	109
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	110
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	111
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	112
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	113
7.4 Composição dos comitês	121
7.5 Relações familiares	122
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	123
7.7 Acordos/seguros de administradores	124
7.8 Outras informações relevantes	125
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	126

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	127
8.3 Remuneração variável	131
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	132
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	133
8.6 Outorga de opções de compra de ações	134
8.7 Opções em aberto	135
8.8 Opções exercidas e ações entregues	136
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	137
8.10 Outorga de ações	138
8.11 Ações entregues	139
8.12 Precificação das ações/opções	140
8.13 Participações detidas por órgão	141
8.14 Planos de previdência	142
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	143
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	144
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	145
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	146
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	147
8.20 Outras informações relevantes	148
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	149
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	151
9.4 Outras informações relevantes	152
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	153
10.1 Descrição dos recursos humanos	155
10.2 Alterações relevantes	156
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	157
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	158
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	159
10.5 Outras informações relevantes	160
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	161
11.2 Transações com partes relacionadas	162
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	174
11.3 Outras informações relevantes	176
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	177
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	178
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	179
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	182
12.5 Mercados de negociação no Brasil	183
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	184
12.7 Títulos emitidos no exterior	185
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	186
12.9 Outras informações relevantes	187
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	188
13.1 Declaração do diretor presidente	189
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	192
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	195

1.1 Histórico do emissor

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

EXERCÍCIO SOCIAL 2025 -- ICVM Nº 2687-5 -- CNPJ 36.146.575/0001-64

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Lote PiPa -- 1.221 Km -- 12 Rodovias -- Piracicaba (SP) → Panorama (SP) -- Concessão 30 Anos

R\$1,0Bi

Rec. Operacional Líquida
Ajustada, ex – IFRS Construção
▲7.6% vs 2024

R\$649M

EBITDA Ajustado
Margem 63.0%

R\$(2,4)M

Prejuízo Líquido
▼(105,8%) vs 2024

R\$2,7Bi

Dívida Bruta
▲22.3% vs 2024

R\$423M

Caixa e Equivalentes
▲2.4% vs 2024

3,5x

Dív.Líq/EBITDA

1.1 Histórico do emissor

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. (“**Companhia**”) foi constituída em 27 de janeiro de 2020 como uma sociedade por ações, registrada na categoria "B" em julho de 2022 perante a CVM (Código 2687-5). A Companhia é controlada pela gestora Patria Investimentos, em parceria com o fundo soberano de Singapura (GIC), tendo como objeto social a exploração do sistema rodoviário por meio da concessão de serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a segurança viária, atendimento aos usuários, conservação das rodovias, proteção ao meio ambiente e a todos os demais itens previstos no contrato de concessão.

O Projeto Piracicaba-Panorama (PiPa): Em 8 de janeiro de 2020, o consórcio liderado pelo Patria sagrou-se vencedor do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019 da ARTESP. A proposta contemplou uma outorga de R\$ 1,1 bilhão, representando um ágio histórico de 7.209% sobre o valor mínimo. Atualmente, a Companhia gerencia a maior concessão rodoviária do país em extensão, com 1.221 quilômetros de malha. O sistema atravessa 62 municípios paulistas, conectando Rio Claro (região central) a Panorama (divisa com Mato Grosso do Sul).

Composição da Malha Viária: A infraestrutura sob gestão da Companhia subdivide-se em dois perfis operacionais:

- **Trechos Consolidados (263 km):** Rodovias SP-310 e SP-225 (entre São Carlos, Rio Claro, Itirapina e Bauru), anteriormente operadas sob regime de concessão por 20 anos.
- **Trechos de Expansão (958 km):** Rodovias anteriormente sob gestão direta do DER-SP (incluindo SP-294, SP-284, SP-425, entre outras), abrangendo as regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

Compromissos de Investimento (CAPEX): O Contrato de Concessão, com prazo de 30 anos, prevê um plano de investimentos estimado em R\$ 14,1 bilhões (base junho/2020), com destaque para:

- **Expansão:** Duplicação de 535 km de rodovias e construção de 72 km de contornos.
- **Segurança e Suporte:** Implementação de 31 bases de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) com operação 24 horas.
- **Modernização:** Implantação de tecnologias de monitoramento e sistemas de pesagem inteligente.

1.1 Histórico do emissor

Evolução Histórica

Jan 2020	Consórcio Pátria vence Edital ARTESP 01/2019 com ágio histórico de 7.209% (R\$1,1 bilhão de outorga). Eixo SP constituída em 27/01/2020 como SPE.
Jun 2020	Início de operações — assunção dos 263 km remanescentes (ex-Centrovias) e 958 km ex-DER. Início da maior concessão rodoviária do país em extensão.
Jul 2021	Captação: R\$490,7M em debêntures com partes relacionadas R\$350M em debêntures BNDES R\$650M financiamento BNDES Total dívida: R\$1,5B.
Jul 2022	Registro como companhia aberta na CVM (código 2687-5, categoria B). Primeiro Formulário de Referência publicado.
2024	Fase intensa de investimentos: R\$562M investidos em 2024. Terceira faixa SP-310 (80 km), 9 PPDs para caminhoneiros, duplicação SP-294 Marília–Oriente, SAUs definitivos e 33 pontos de travessia de fauna.
Ago 2025	Financiamento BNDES subcrédito C: R\$400M liberados em 06/08/2025. Total BNDES utilizado: R\$1,7B de R\$3,0B contratados (56,7%). Início das obras de duplicação SP-304.
2026	CAPEX previsto: R\$1,3B. Continuidade das duplicações SP-284, SP-294 e SP-304, terceira faixa SP-310, novas obras de arte especiais e bases SAU.

A Companhia pauta sua operação em diretrizes de governança, eficiência ambiental e segurança viária. Ao longo de sua malha, mantém 33 pontos de travessia para fauna silvestre e parcerias com clínicas e entidades civis para o resgate e tratamento de animais.

A Eixo SP fomenta o esporte, a cultura e o desenvolvimento social por meio de iniciativas estratégicas. Desde 2023, o **Educa Judô Brasil** atende crianças de 4 a 12 anos, enquanto o **Cinema Itinerante** oferece sessões gratuitas às comunidades. No pilar profissional, o **Projeto Qualificar** e a **Feira de Empregos** promovem a capacitação e a recolocação no mercado de trabalho. Além disso, a concessionária realiza a **Campanha do Agasalho**, destinando doações aos Fundos Sociais locais.

1.1 Histórico do emissor



A sustentabilidade guia nossas operações. Geramos 161 MWh de energia renovável para consumo próprio e modernizamos nossa frota com veículos elétricos. Na infraestrutura, priorizamos a economia circular através do

reuso de recicláveis e da aplicação de asfalto sustentável, composto por pneus descartados e plásticos reciclados.

Ao longo de cinco anos de operação, a Eixo SP consolidou investimentos significativos e transformou a experiência dos usuários em sua malha rodoviária. Esse avanço reflete um compromisso que transcende as obrigações contratuais da concessão, integrando segurança viária, respeito ao meio ambiente e desenvolvimento das comunidades locais.

Para uma visão detalhada sobre o desenvolvimento de nossas atividades e o impacto socioambiental de nossas iniciativas, convidamos à leitura do nosso **Relatório Anual às Comunidades**, disponível em: <https://eixosp.com.br/relatorio-as-comunidades/>.

O **Relatório às Comunidades** da Eixo SP é uma das principais ferramentas de transparência e prestação de contas à sociedade e ao poder público. Ele reúne as principais ações realizadas anualmente pela concessionária. Nosso objetivo é continuar trabalhando para trazer mais conforto e segurança a todos que utilizam e são impactados por nossas rodovias.

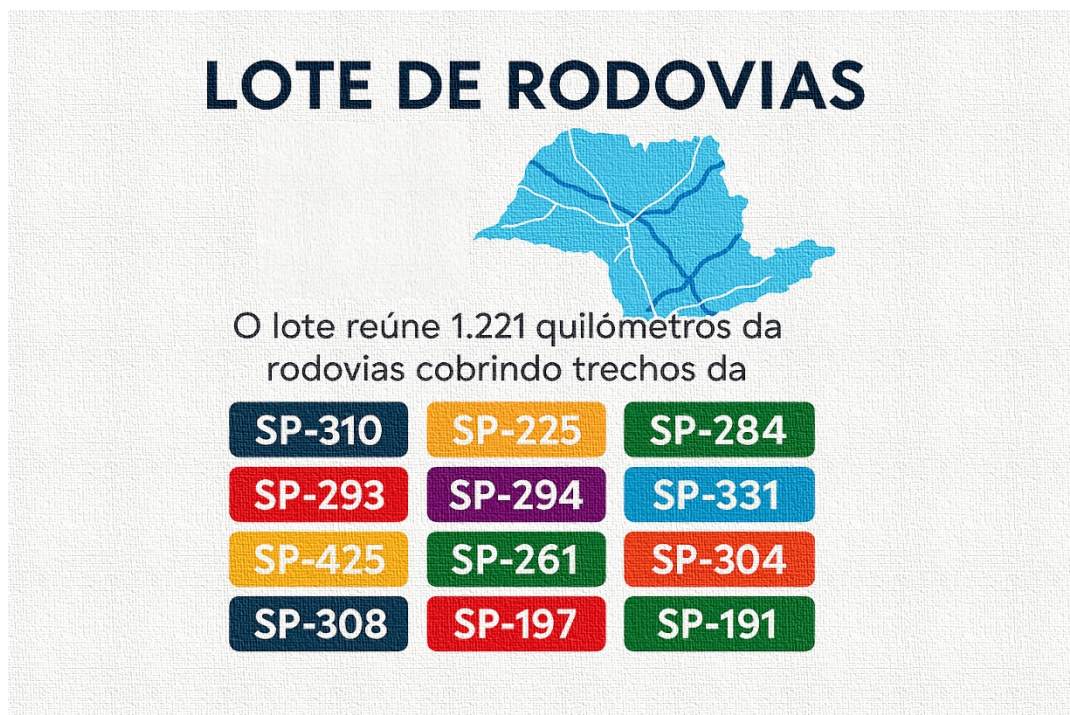
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1. Atividades do Emissor

1.2 Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Companhia tem como objeto social a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Piracicaba-Panorama ("Concessão"), conforme previsto no Edital de Concorrência Pública Internacional nº 01/2019 da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP").

A concessão abrange a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção, modernização e execução dos investimentos necessários, conforme estabelecido no Contrato de Concessão celebrado com o governo do Estado de São Paulo ("Contrato de Concessão").



O início das operações ocorreu em 4 de junho de 2020. Desde então, a Companhia tem investido de forma contínua na restauração do pavimento, na poda e restauração dos trechos em que tais serviços se mostrem necessários, na ampliação de seu corpo de viaturas para atendimento aos usuários do sistema (englobando ambulâncias, guinchos, veículos de inspeção, dentre outros), bem como na modernização das rodovias sob sua responsabilidade.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Posição Geográfica da Companhia



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

As receitas de pedágio começaram a ser cobradas em 4 de junho de 2020 no sistema que compreende o perímetro de 263 quilômetros entre os municípios de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru. Posteriormente, entre julho e outubro de 2021, iniciaram-se as cobranças de pedágio no sistema que compreende o perímetro de 958 quilômetros entre as regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

Além da arrecadação por meio de tarifa de pedágio, o contrato de concessão autoriza a concessionária dentro dos limites legais e contratuais a explorar, sob sua exclusiva responsabilidade, fontes alternativas de receitas denominadas:

Receitas Acessórias.

Entre as atividades permitidas pela legislação, destacam-se:

- **Publicidade:** Veiculação de anúncios nos termos da lei.
- **Acessos:** Cobrança pela implementação e manutenção de vias de acesso.
- **Faixa de Domínio:** Remuneração pelo uso comercial das áreas lindeiras à rodovia.
- **Tecnologia:** Exploração comercial de sistemas eletrônicos e redes de dados.
- **Serviços Complementares:** Prestação de outros serviços correlatos permitidos em contrato.

O contrato de concessão firmado com o Governo do Estado de São Paulo prevê investimentos de **R\$ 14,1 bilhões** ao longo de 30 anos (base junho/2020). O aporte será distribuído em quatro pilares principais:

- **Infraestrutura:** R\$ 8 bilhões destinados a obras de ampliação e melhorias;
- **Manutenção:** R\$ 4,6 bilhões para a restauração das rodovias;
- **Tecnologia e Segurança:** R\$ 1,1 bilhão em sistemas inteligentes, incluindo monitoramento por câmeras em 100% da malha e cobertura Wi-Fi em todo o trecho;
- **Sustentabilidade:** R\$ 500 milhões para investimentos socioambientais.

Tais ações seguem rigorosamente o plano de investimentos e o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) da **Concorrência Internacional 01/2019**. Atualmente, o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já opera 24 horas por dia em 31 bases estratégicas, garantindo suporte de emergência com veículos operacionais em todo o trecho concedido.

Para todos os efeitos a Companhia não possui controladas.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1 Atividades do Emissor

1.3 Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1 Atividades do Emissor

1.4 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

1.5 Principais clientes

1 Atividades do Emissor

1.5 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1 Atividades do Emissor

1.6 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. em favor de partidos políticos

A Eixo SP não realiza doações ou contribuições financeiras, seja diretamente ou por meio de terceiros, para campanhas políticas, partidos políticos, candidatos a cargos eletivos ou entidades de lobby. Essa prática está em conformidade com a Lei nº 9.504/97, que veda qualquer doação de concessionárias de serviços públicos para partidos políticos ou campanhas eleitorais.

Além disso, a Companhia proíbe expressamente a realização de doações, patrocínios ou qualquer tipo de contribuição que possa ser interpretada como apoio político, seja em nome próprio ou de empresas do seu grupo econômico. Essa diretriz está prevista no Código de Conduta Ética da Eixo SP, documento que orienta todas as práticas de governança e integridade corporativa.

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1 Atividades do Emissor

1.7 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

C) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1 Atividades do Emissor

1.8 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1 Atividades do Emissor

1.9 Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a) Indicar se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2. Assim que adequado, passará a divulgar informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

b) Indicar a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2.

c) Indicar se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2. Assim que adequado, o relatório ou documento passará a ser auditado ou revisado por entidade independente.

d) Indicar se a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2. Assim que adequado, passará a divulgar o relatório ou documento na rede mundial de computadores.

e) Indicar se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2. Assim que adequado, considerará a divulgação da matriz de materialidade e indicadores chaves de desempenho, ambos já existentes na companhia.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

f) Indicar se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2, e passará a considerar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e materiais para o negócio.

g) Indicar se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2, e passará a considerar as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A concessionária possui inventário nos escopos 1, 2 e 3, tem seu relatório auditado por entidade independente. Obteve o selo prata no Programa GHG Protocol no inventário de 2020 e selo ouro referente aos inventários de 2020 a 2024. Está em trâmites para obtenção do selo ouro no inventário de 2025. Os detalhes podem ser levantados no endereço: <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/estatistica/estatistica-participantes/3630>

Em maio de 2025, a Eixo SP realizou a neutralização das emissões de GEE provenientes das atividades de operação rodoviária referentes ao período de 2020 a 2024, por meio da aquisição de créditos de carbono do Projeto Corredor dos Senandes, desenvolvido no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Ao todo, foram neutralizadas 12.499 toneladas de CO₂.

Localizado no estado do Rio Grande do Sul, o Projeto Corredor do Senandes consiste em um complexo eólico com capacidade instalada de 108 MW, voltado à ampliação da oferta de energia limpa e renovável no Brasil. A neutralização das emissões está alinhada às obrigações contratuais da concessionária, que preveem a compensação quinquenal das emissões de GEE decorrentes das atividades de operação rodoviária.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

A Companhia está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2, e passará a publicar informações de ASG em relatórios anuais ou documentos específicos.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

A empresa possui matriz de dupla materialidade e passará a publicar em atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

A empresa possui indicadores-chaves de desempenho ASG e passará a publicar em atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A Companhia não atende a esse item em decorrência do citado no item “i” acima.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2. No entanto, considera os ODS e atende parte das recomendações climáticas emanadas pelo TCFD ou outras entidades reconhecidas.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A concessionária possui inventário nos escopos 1, 2 e 3, tem seu relatório auditado por entidade independente e obteve selo ouro no Programa GHG Protocol referente aos inventários de 2020, 2021, 2022, 2023, e 2024 e está em trâmites para obtenção do selo ouro no inventário de 2025. Os detalhes podem ser levantados no endereço:

<https://registropublicodeemissoes.fgv.br/estatistica/estatistica-participantes/3630>

Em maio de 2025, a Eixo SP realizou a neutralização das emissões de GEE provenientes das atividades de operação rodoviária referentes ao período de 2020 a 2024, por meio da aquisição de créditos de carbono do Projeto Corredor dos Senandes, desenvolvido no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Ao todo, foram neutralizadas 12.499 toneladas de CO₂.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Localizado no estado do Rio Grande do Sul, o Projeto Corredor do Senandes consiste em um complexo eólico com capacidade instalada de 108 MW, voltado à ampliação da oferta de energia limpa e renovável no Brasil. A neutralização das emissões está alinhada às obrigações contratuais da concessionária, que preveem a compensação quinquenal das emissões de GEE decorrentes das atividades de operação rodoviária.

Ambiental	Social	Governança
8º Relatório IFC (2025)	10 programas sociais ativos	ISO 37001 desde 2022
Neutralização 12.499 tCO ₂	Qualificar · Novos Caminhos	Código de Conduta Ética
Projeto Corredor dos Senandes	Educa Judô Brasil (4–12 anos)	Canal de Ética (Contato Seguro)
161 MWh energia renovável	Cinema Itinerante (gratuito)	0800 900 9008
Asfalto sustentável (pneus)	Hospital Amaral Carvalho	Zero denúncias confirmadas
Estudo resiliência climática	AUPACC (oncologia)	Compliance Officer ativo

Roadmap ASG – Adequação IFRS S1 e S2

Status	Item de Adequação IFRS S1 e S2
Concluído	8º Relatório IFC elaborado em 2025 — padrões de desempenho atendidos
Concluído	Neutralização de emissões GEE 2020–2024 (12.499 tCO ₂) via créditos de carbono MDL
Em andamento	Estudo de resiliência climática contratado — entrega prevista março/2026
Em andamento	Publicação de relatório ASG anual autônomo (Relatório às Comunidades já publicado)
Planejado	Divulgação pública da matriz de materialidade e indicadores-chave KPI
Planejado	Submissão do relatório ASG a auditoria independente externa
Planejado	Incorporação formal dos ODS e recomendações TCFD ao relatório

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1 Atividades do Emissor

1.10 Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista

A Eixo SP não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1 Atividades do Emissor

1.11 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

No exercício social de 2025 e anterior, não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1 Atividades do Emissor

1.12 Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

DELIBERAÇÃO	Aumento de Capital
Descrição	Aumento de capital no valor de R\$ 207.727 (duzentos e sete milhões, setecentos e vinte e sete mil), mediante a emissão de 207.727 (duzentas e sete milhões, setecentos e vinte e sete mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas pelos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia.
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Ata da assembleia geral extraordinária realizada em 03 de janeiro de 2025. (Publicado na Central de Sistemas da CVM).

1.13 Acordos de acionistas

1 Atividades do Emissor

1.13 Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Foi celebrado, em 15 de janeiro de 2021, o Primeiro Termo de Aditamento ao Acordo de Acionistas da Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A., com o objetivo de regular, entre outros pontos, os procedimentos a serem adotados em caso de vencimento antecipado e/ou conversão das debêntures detidas pelos acionistas, visando à preservação das respectivas participações societárias nas companhias envolvidas. Informações mais detalhadas podem ser consultadas no referido instrumento, cuja cópia integra os documentos societários arquivados na sede da Companhia.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1 Atividades do Emissor

1.14 Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

No ano de referência desse Formulário, não ocorreram alterações significativas na condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1 Atividades do Emissor

1.15 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

No ano de referência, não foram celebrados contratos relevantes, exceto aqueles vinculados às atividades operacionais da Companhia.

1.16 Outras informações relevantes

1 Atividades do Emissor

1.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia informa que todas as informações relevantes já foram relacionadas nos itens anteriores, quaisquer dúvidas adicionais podem acessar o contrato de concessão através dos links:

Acesse nosso site (<https://eixosp.com.br/quem-somos/>) e tenha acesso ao link de acesso ao Contrato de Concessão na íntegra ou por meio da página da ARTESP no link <https://www.artesp.sp.gov.br/artesp/setor-regulado/rodovia/concessionarias/eixo-sp>.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentário dos Diretores

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

As informações apresentadas neste item foram extraídas de nossas demonstrações financeiras. A análise conduzida por nossos Diretores, que esclarece os resultados obtidos e as razões das variações nas contas patrimoniais, reflete uma avaliação criteriosa dos impactos dos dados apresentados sobre nossa posição financeira. É importante destacar que, embora essa análise ofereça uma visão fundamentada, não há garantias de que a situação financeira e os resultados alcançados no passado se repitam no futuro.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Além disso, estão alinhadas às normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) e foram auditadas por auditores independentes, assegurando transparência e credibilidade às informações apresentadas.

Os termos “**AH**” e “**AV**”, presentes nas colunas de determinadas tabelas do item 2 deste formulário de referência, significam “**Análise Horizontal**” e “**Análise Vertical**”, respectivamente.

A **Análise Horizontal** compara índices ou itens da mesma rubrica em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período.

Já a **Análise Vertical** representa o percentual de uma linha em relação à receita operacional líquida nos exercícios ou períodos analisados, ou em relação ao total do ativo e/ou ao total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Financiamento – BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, a Companhia contratou um crédito de R\$ 3.000.000 mil junto ao BNDES. O montante é composto pelas linhas **FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)** e **FAT - Depósitos Especiais**, sendo títulos não conversíveis em ações. A composição da taxa de juros é a seguinte:

- Subcréditos “A”, “B”, “C” e “D”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito “E”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos “A” e “B”: até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000 mil

A Companhia obteve liberações que consumiram totalmente os subcréditos “A” e “B”, no montante total de R\$1.300.000 mil, sendo que R\$ 950.000 mil ocorridas nos dias 13 de julho de 2021, 29 de novembro de 2021 e 30 de maio de 2023 pela **Fundo de Amparo ao**

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações e R\$ 350.000 mil via debêntures, ocorrida em 13 de julho de 2021.

- Subcrédito “C”: até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000 mil.

A Companhia obteve liberação referente ao subcrédito “C”, no montante de R\$400.000 mil ocorrida no dia 06 de agosto de 2025 pelo **Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais**.

- Subcréditos “D” e “E”: até 22 de junho de 2029, cujo montante do crédito é de R\$600.000 mil.

Debêntures com partes relacionadas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou sua 1ª emissão de debêntures da espécie subordinada, sob a Instrução CVM nº 476. A operação foi dividida em duas frentes: debêntures simples (não conversíveis), totalizando R\$ 145.500 mil, e debêntures conversíveis, no montante de R\$ 339.500 mil, ambas com valor unitário de R\$ 1,00.

As emissões ocorreram entre janeiro e maio de 2021, totalizando um aporte de R\$ 490.702 mil recebido via transferência bancária. Os títulos possuem vencimento em 15 de janeiro de 2047 (prazo de 26 anos) e são remunerados por uma taxa prefixada de 9,77% a.a. (base 252 dias), com pagamento de juros integral no vencimento.

A conversão em ações pode ocorrer de forma facultativa, a critério do debenturista após o 2º aniversário da integralização, ou obrigatoriamente em caso de vencimento antecipado. O cálculo da conversão considerará o valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação. Por fim, os títulos não possuem cláusula de repactuação, mas preveem o vencimento antecipado em caso de aceleração de outras dívidas financeiras ou emissões de valores mobiliários pela Emissora.

Debêntures BNDES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, aprovou-se a 2ª emissão de debêntures simples da Companhia, sob a Instrução CVM nº 476. A emissão, de série única e espécie com garantia real e fidejussória, totaliza R\$ 350.000 mil (350.000 títulos a R\$ 1,00 cada).

Os recursos foram integralizados via transferência bancária em julho de 2021. Os títulos possuem prazo de 174 meses, com vencimento final em 15 de dezembro de 2035. A remuneração é composta pela variação do IPCA acrescida de juros de 5,05% a.a. (base 252 dias), com pagamentos semestrais iniciados em dezembro de 2021. A amortização do principal ocorrerá em 22 parcelas semestrais consecutivas, a partir de junho de 2025. A emissão não conta com cláusula de repactuação nem com obrigações financeiras restritivas (*covenants*). As hipóteses de vencimento antecipado incluem, primordialmente, a inadimplência de obrigações pecuniárias junto aos debenturistas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio, políticas tributárias e crescimento do produto interno bruto.

A Administração avalia que a Companhia mantém uma geração de caixa resiliente e uma estrutura de capital otimizada, contando com fontes de financiamento diversificadas para assegurar a execução de seu plano de negócios. A Diretoria entende que a dinâmica das disponibilidades financeiras reflete, primordialmente, a performance operacional do tráfego pedagiado, o cronograma físico-financeiro dos investimentos (CAPEX), a gestão do endividamento — incluindo captações e amortizações — e as flutuações usuais no capital de giro, especificamente no contas a receber.

Composição Patrimonial (R\$Mil)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Dívida (i)	2.734.986	2.241.481	2.107.895
Caixa e Equivalentes de Caixa	(423.034)	(413.015)	(562.216)
Aplicações Financeiras Vinculadas	(66.609)	(46.132)	(43.343)
Dívida Líquida	2.245.343	1.782.334	1.502.336
Patrimônio Líquido (ii)	1.175.377	1.177.794	1.136.728

ⁱA dívida é definida por Empréstimos, financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação).

ⁱⁱO Patrimônio Líquido inclui todo o Capital e as Reservas da Companhia.



INDICADORES EIXO SP

2025

Indicadores de Eficiência

¹ EBITDA	² Margem EBITDA	Indicadores de Endividamento	
390.844	23,1%	DÍV.LÍQ/EBITDA	PL/ATIVOS
		5,7	0,3
³ EBITDA Ajustado	⁴ M. EBITDA Ajustada	DÍV.LÍQ/EBITDA Ajustado	PASSIVO/ATIVO
649.424	63,0%	3,5	0,7

DÍV.LÍQUIDA/PL

1,9

¹Conforme Resolução CVM nº 156, 23 de junho de 2022, a Companhia calcula o EBITDA da seguinte forma: resultado líquido do período, acrescido das despesas com tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das despesas com depreciações e amortizações.

²A **margem EBITDA** foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.

³O **EBITDA ajustado** é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa: (i) receita e custo de construção requerimento do IFRS (ii) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12.

⁴A **margem EBITDA ajustada** também exclui a receita de construção do seu cálculo. A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS e CPC, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta um Ativo circulante de R\$538 milhões, um caixa e equivalentes de R\$423 milhões e um endividamento bruto de R\$2.735 milhões.

A posição da dívida bruta da Companhia reflete uma gestão financeira prudente e com foco estratégico no longo prazo, conforme demonstrado pela estrutura de vencimentos.

- Em 31 de dezembro de 2025, a dívida bruta totalizou R\$2.734.986 mil. A composição de vencimento reforça a estabilidade, com apenas 2,5% alocados no curto prazo e 97,5% mantidos no longo prazo.
- Em 31 de dezembro de 2024, o montante era de R\$2.241.481 mil, apresentando uma distribuição ainda mais concentrada no longo prazo (97,8%), e um percentual mínimo de 2,06% no curto prazo.

A Companhia confirma que o perfil de vencimento de suas obrigações financeiras está integralmente alinhado com o plano de negócios e com a vigência do período de concessão. Esta estratégia assegura a mitigação do risco de refinanciamento e garante a sustentabilidade financeira operacional no horizonte de longo prazo.

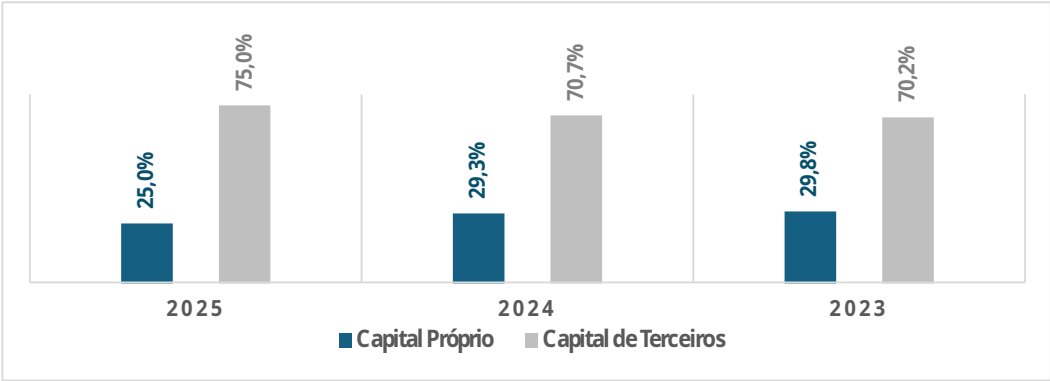
b. Estrutura de capital

A Companhia tem um capital social de R\$1.177.584 mil. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar os compromissos assumidos.

A estrutura de capital consolidada em 31 de dezembro de 2025 era composta por 25,0% de capital próprio e 75,0% de capital de terceiros, enquanto em 31 de dezembro de 2024 a estrutura de capital era composta por 29,3% de capital próprio e 70,7% de capital de terceiros.

Capital Próprio				Capital de Terceiros			
	2025	2024	2023		2025	2024	2023
	25,0%	29,3%	29,8%		75,0%	70,7%	70,2%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



A Administração busca a otimização da estrutura de capital mediante o equilíbrio estratégico entre recursos próprios e de terceiros, visando a minimização do custo médio ponderado de capital (WACC) e a maximização do valor presente líquido (VPL) dos projetos. Essa composição é dinamicamente ajustada às condições de mercado, notadamente ao cenário de taxas de juros; em contextos de juros elevados, nos quais o custo da dívida pode sobrepor-se ao custo de oportunidade do capital próprio, a Companhia prioriza a utilização de recursos internos. Adicionalmente, em períodos de maior alavancagem financeira, a Administração pode optar pelo financiamento via capital próprio para preservar a liquidez e a viabilidade operacional.

A Companhia manteve seu Patrimônio Líquido estável em 2025 (R\$ 1,17 bilhão). Contudo, a dívida líquida cresceu 26%, saltando de R\$ 1,78 bilhão para R\$ 2,25 bilhões. Esse movimento elevou o indicador de alavancagem de 1,5x para 1,9x em 2025, sinalizando um aumento no uso de recursos externos para financiar as operações.

Dívida Líquida x Patrimônio Líquido	31/2/2025	31/12/2024	31/12/2023
Dívida Líquida	2.245.343	1.782.334	1.502.336
Patrimônio Líquido	1.175.377	1.177.794	1.136.728
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	1,9x	1,5x	1,3x

Indicadores	2025	2024	2023
Eficiência			
EBITDA	390.844	459.627	476.135
Margem EBITDA	23,1%	33,3%	34,5%
EBITDA Ajustado	649.424	593.559	582.966
Margem EBITDA Ajustado	63,0%	62,0%	63,7%
Endividamento			
Div.Líquida / PL	1,9	1,5	1,3
Div.Líquida / EBITDA Ajustado	3,5	3,0	2,6
PL / Ativos	0,3	0,3	0,3
Passivo / Ativo	0,7	0,7	0,7

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 2021 e 2025, a Companhia captou recursos adicionais no mercado por meio da emissão de debêntures e de linhas de financiamento junto ao BNDES para viabilizar seu

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

plano de negócios. Com esses recursos e a previsibilidade da receita de pedágio, a administração assegura a capacidade de cumprir integralmente suas obrigações financeiras.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para a implantação de projetos e o cumprimento de seus objetivos sociais, a Companhia financia suas atividades, desde o início das operações, por meio da captação de recursos via contratos financeiros de curto, médio e longo prazos com instituições de primeira linha, emissão de valores mobiliários (como notas promissórias e debêntures) e geração de fluxo de caixa operacional.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria da Companhia avalia constantemente novas oportunidades de negócio, que poderão ser custeadas por meio de recursos próprios (caixa e aplicações financeiras), pela geração operacional de caixa, pela contratação de financiamentos ou por uma composição dessas fontes.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía um endividamento financeiro de R\$ 2.715.168 mil, conforme demonstrativo abaixo. Valores em R\$ mil.

(i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Modalidade	Instituição	Remuneração	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros + At. Monetária	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2025
Debênture 1ª								
Série	BNDES	IPCA + 5,05%	426.235		41.135	(9.625)	(24.592)	433.153
Debênture 1ª								
Série	Partes Relacionadas	Pré-Fixado 9,77%	700.408		68.437		-	768.845
Empréstimo								
BNDES	BNDES	IPCA + 5,21	1.093.839	400.000	120.890	(31.007)	(70.552)	1.513.170
			2.220.482		230.462	(40.632)	(95.144)	2.715.168

Para mais informações sobre as debêntures acesse a Demonstração Financeira completa data base 31/12/2025 publicadas em nosso site ou na Central de Sistemas da CVM.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não era parte em outras relações de longo prazo com contrato de empréstimo ou de financiamento com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela emissora junto a instituições

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

financeiras, pública ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional.

- (iv) E eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

As principais cláusulas de vencimento antecipado do **Financiamento do BNDES** estão relacionadas a não existência de:

- (i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão;
- (ii) Celebração de aditivo aos contratos de concessão que prejudique o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES;
- (iii) Descumprimento de obrigações contratuais, tais como: (1) manutenção dos seguros exigidos, (2) garantia de execução contratual e (3) pagamento de outorgas e taxas da ARTESP;
- (iv) Liquidação, dissolução, requerimento de autofalência ou pedido de recuperação judicial/extrajudicial;
- (v) Declaração de vencimento antecipado de debêntures ou de qualquer outra dívida contraída;
- (vi) Inadimplemento de dívidas junto ao BNDES ou não substituição de fianças bancárias.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se adimplente com todos os compromissos firmados.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado ("completion" dos subcréditos A e B) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R\$435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R\$1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020. A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado ("completion" dos subcréditos A e B).

As principais cláusulas de vencimento antecipado **Debêntures com Partes Relacionadas**:

As debêntures emitidas preveem, como hipótese de vencimento antecipado, a declaração de default (vencimento antecipado) de qualquer outra dívida ou financiamento de longo prazo contraídos pela Emissora, seja junto a instituições financeiras (públicas ou privadas) ou mediante a emissão de valores mobiliários nos mercados de capitais brasileiro ou internacional.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As principais cláusulas de vencimento antecipado **Debêntures BNDES**:

As debêntures emitidas preveem, como hipóteses de vencimento antecipado, o inadimplemento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas. Ressalta-se que não há cláusulas restritivas (**covenants**) financeiras aplicáveis a essas debêntures.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia recebeu integralmente os recursos referentes às debêntures na data de suas integralizações. Não havendo outras parcelas a serem sacadas. Com relação à linha de financiamento obtido junto ao BNDES, a Companhia tem o limite de R\$ 3.000.000 mil contratado e deste montante já sacou o equivalente à aproximadamente 56,7%.

Linhas de Crédito	Valor Contratado (R\$ Mil)	R\$ Liberado	% Liberado	% a Liberar
Financiamento + Debênture BNDES	3.000.000	1.700.000	56,7%	43,3%
Debênture Partes Relacionadas	485.000	485.000	100,0%	0,0%

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As nossas informações financeiras referentes às demonstrações de resultado, aos balanços patrimoniais e às demonstrações de fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são derivadas das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A seguir apresentamos os valores e comentários sobre alterações significativas relativos à demonstração de resultados da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 (em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstração dos resultados para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Demonstração do Resultado	31.12.2025	A.V. %	31.12.2024	A.V. %	A.H. %
R\$ Mil					
Receita operacional líquida	1.693.826	100,0%	1.379.644	100,0%	22,8%
Custo dos serviços prestados	(1.448.890)	(85,5%)	(1.045.877)	(75,8%)	38,5%
Lucro Bruto	244.936	14,5%	333.767	24,2%	-26,6%
Gerais e administrativas	(62.969)	(3,7%)	(62.373)	(4,5%)	1,0%
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	108	0,0%	4.680	0,3%	-97,7%
Lucro Operacional	182.075	10,7%	276.074	20,0%	-34,0%
Receitas financeiras	90.495	5,3%	57.281	4,2%	58,0%
Despesas financeiras	(275.242)	(16,2%)	(271.608)	(19,7%)	1,3%
Resultado Financeiro	(184.747)	(10,9%)	(214.327)	(15,5%)	-13,8%
Lucro (ou prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.673)	(0,2%)	61.747	4,5%	-104,3%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(33.681)	-2,0%	(16.938)	-1,2%	98,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.936	2,0%	(3.349)	-0,2%	-1113,3%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(2.418)	(0,1%)	41.460	3,0%	-105,8%

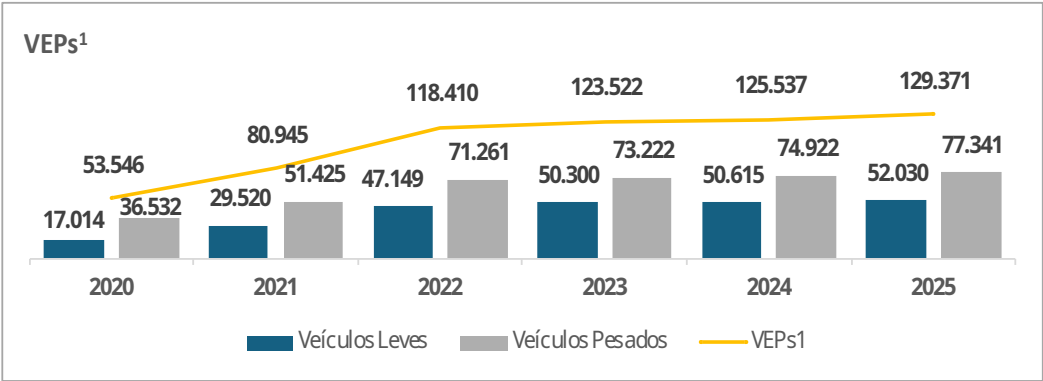
Desempenho da Receita Operacional

Receitas	31.12.2025	31.12.2024	A.H. %
Receitas de pedágio	1.124.114	1.044.239	7,6%
Receitas acessórias	4.511	4.662	-3,2%
Receita Bruta	1.128.625	1.048.901	7,6%
Receitas de construção [IFRS]	663.714	422.487	57,1%
Receita Bruta+ Rec.Construção	1.792.339	1.471.388	21,8%
Deduções	(98.513)	(91.744)	7,4%
Receita operacional líquida	1.693.826	1.379.644	22,8%

A **Receita Bruta de Serviços** (excluindo receitas de construção) registrou um crescimento de **7,6%** em 2025, comparativamente ao ano anterior.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Valores: Este aumento se traduz principalmente pelo aumento do tráfego VEP's, **(+3,1%)** somados ao reajuste tarifário de **(+5,5%)** ocorrido em junho de 2025.



Deduções da Receita

As deduções da receita da Companhia consistem em tributos pagos e aplicados na receita da Companhia. Referidas deduções aumentaram 7,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 quando comparada ao mesmo período de 2024 reflexo da boa performance da receita, os impostos retidos e pagos consistem basicamente em retenções de ISS, PIS e COFINS.

Receita de construção

Em conformidade com a **ICPC 01**, a Companhia registrou, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, receitas de construção de infraestrutura no montante de **R\$ 664 milhões** e **R\$ 422 milhões**, respectivamente. Dado que os custos incorridos foram equivalentes às receitas reconhecidas, não houve impacto na margem de lucro bruta dessas operações.

O incremento de **57,1% observado** no período decorre do ciclo de investimentos em infraestrutura. Para cumprir o cronograma de obras previsto no contrato de concessão, a Companhia tem direcionado seus esforços de caixa e a utilização das linhas de crédito contratadas.

Custos e despesas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia registrou custos e despesas totais nos montantes de R\$ 1.512 milhões e R\$ 1.108 milhões, respectivamente.

Em comparação ao exercício anterior, observou-se um incremento de 36,5%. Tal desempenho foi impactado principalmente pelo aumento dos custos com construção, provisões para manutenção e depreciação/amortização.

Resultado financeiro

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia registrou resultado financeiro líquido negativo nos montantes de R\$ 184 milhões e R\$ 214 milhões, respectivamente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O resultado financeiro da Companhia é impactado majoritariamente pelos encargos decorrentes dos juros sobre debêntures e financiamentos. Em comparação ao exercício anterior, observou-se uma redução de 13,8% no saldo negativo, variação esta influenciada, primordialmente, pelo aumento expressivo (+58,0%) das receitas financeiras auferidas no exercício social de 2025.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou crédito com Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no montante de R\$ 255 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 justificado principalmente pelo consumo da provisão da manutenção e pelo complemento de sua constituição.

Lucro/Prejuízo líquido

O **Resultado Líquido** da Companhia sofreu uma queda de **105,8%** em 2025, resultado direto da revisão da provisão de manutenção e consequentemente aumento de sua constituição.

Condições financeiras e patrimoniais

A seguir apresentamos os valores relativos aos saldos das contas patrimoniais da Companhia números consolidados nas datas base 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma): Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “análise horizontal” e “análise vertical”, respectivamente.

Balanço Patrimonial para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Balanço Patrimonial	31.12.2025	AV %	31.12.2024	AV %	AH %
R\$Mil					
Caixa e equivalentes de caixa	423.034	9,0%	413.015	10,3%	2,4%
Aplicações financeiras vinculadas	17.176	0,4%	20.210	0,5%	-15,0%
Contas a receber	76.352	1,6%	64.186	1,6%	19,0%
Partes relacionadas	1.311	0,0%	1.006	0,0%	30,3%
Estoques	5.452	0,1%	5.261	0,1%	3,6%
Impostos a recuperar	5.298	0,1%	4.997	0,1%	6,0%
Despesas antecipadas	6.688	0,1%	4.347	0,1%	53,9%
Adiantamentos a fornecedor	2.491	0,1%	2.961	0,1%	-15,9%
Outros créditos	523	0,0%	226	0,0%	131,4%
Ativo Circulante	538.325	11,5%	516.209	12,8%	4,3%
Aplicações financeiras vinculadas	49.433	1,1%	25.922	0,6%	90,7%
Depósitos judiciais	23.767	0,5%	24.706	0,6%	-3,8%
Imposto diferidos	95.950	2,0%	62.014	1,5%	54,7%
Direito de uso	26.915	0,6%	14.588	0,4%	84,5%
Imobilizado	82.520	1,8%	79.145	2,0%	4,3%
Intangível	3.881.048	82,6%	3.301.926	82,0%	17,5%
Ativo não Circulante	4.159.633	88,5%	3.508.301	87,2%	18,6%
Ativo Total	4.697.958	100,0%	4.024.510	100,0%	16,7%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O Balanço Patrimonial de 2025 reflete a fase intensiva de investimentos da Companhia. O **Ativo Não Circulante** aumentou 18,6% devido aos investimentos em obras de concessão, enquanto o **Ativo Circulante** cresceu 4,3% principalmente com incremento nas rubricas de caixa e equivalentes e contas a receber.

Grupo	2025 Vs 2024	Fatores Chaves e Implicações
Ativo Circulante	4,3%	Impulsionado principalmente pelo incremento do Caixa e Equivalentes e do Contas a Receber.
Ativo não Circulante	18,6%	Crescimento significativo impactado principalmente por incremento do intangível, essenciais para o cumprimento das obras conforme previsto no contrato de concessão.

Balanço Patrimonial para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Balanço Patrimonial	31.12.2025	AV %	31.12.2024	AV %	AH %
R\$Mil					
Fornecedores	104.450	2,2%	89.292	2,2%	17,0%
Empréstimos e financiamentos	50.517	1,1%	33.705	0,8%	49,9%
Debêntures	16.933	0,4%	12.372	0,3%	36,9%
Credores pela concessão	269.942	5,7%	248.479	6,2%	8,6%
Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos	23.585	0,5%	21.297	0,5%	10,7%
Impostos, taxas e contribuições	30.334	0,6%	13.593	0,3%	123,2%
Adiantamento de clientes	2.560	0,1%	2.418	0,1%	5,9%
Seguros e garantias	3.243	0,1%	603	0,0%	437,8%
Passivo de arrendamento	7.716	0,2%	5.856	0,1%	31,8%
Partes relacionadas	1.993	0,0%	1.037	0,0%	92,2%
Provisão para manutenção	185.871	4,0%	117.766	2,9%	57,8%
Outras contas a pagar	182	0,0%	365	0,0%	-50,1%
Passivo Circulante	697.326	14,8%	546.783	13,6%	27,5%
Empréstimos e financiamentos	1.462.653	31,1%	1.060.134	26,3%	38,0%
Debêntures	416.220	8,9%	413.863	10,3%	0,6%
Debêntures - Partes relacionadas	768.845	16,4%	700.408	17,4%	9,8%
Passivo de arrendamento	20.966	0,4%	9.366	0,2%	123,9%
Provisão para riscos	33.978	0,7%	30.462	0,8%	11,5%
Provisão para manutenção	120.599	2,6%	83.706	2,1%	44,1%
Dividendos	1.994	0,0%	1.994	0,0%	0,0%
Passivo não Circulante	2.825.255	60,1%	2.299.933	57,1%	22,8%
Patrimônio Líquido	1.175.377	25,0%	1.177.794	29,3%	-0,2%
Capital social	1.177.584	25,1%	969.857	24,1%	21,4%
Reservas de legal	210	0,0%	10.497	0,3%	-98,0%
Reservas retenção de lucros	- 2.417	-0,1%	197.440	4,9%	-101,2%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	4.697.958	100,0%	4.024.510	100,0%	16,7%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As variações observadas no **Passivo Circulante (+27,5%)** e no **Passivo Não Circulante (+22,8%)** são explicadas, majoritariamente, pelo serviço da dívida e pela apropriação de encargos financeiros (juros de debêntures). Em contrapartida, o **Patrimônio Líquido** permaneceu em patamar equivalente ao do exercício anterior, apresentando uma variação negativa residual de apenas 0,2 pontos percentuais.

Grupo	2025 Vs 2024	Fatores Chaves e Implicações
Passivo Circulante	27,5%	O aumento está ligado à elevação de obrigações de curto prazo, notadamente juros de debêntures (a vencer) e provisões relativas à outorga a pagar e provisão para manutenção.
Passivo Não Circulante	22,8%	Reflexo da estrutura de financiamento de longo prazo, com destaque para a atualização de juros de debêntures de longo prazo e o ajuste do direito de outorga e provisão para manutenção.
Patrimônio Líquido	-0,21%	O patrimônio líquido da Companhia permaneceu estável na comparação com o ano anterior (2024)

2.2 Resultados operacional e financeiro

2. Comentário dos diretores

2.2 Os diretores devem comentar

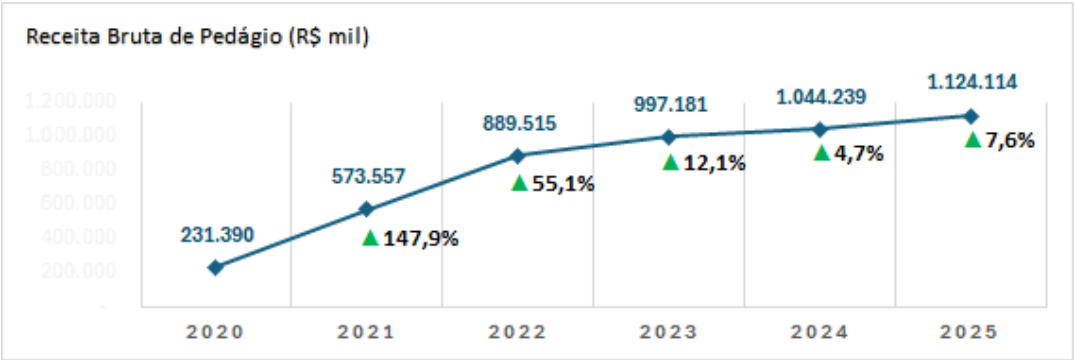
a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

A estrutura de receita da Companhia é composta por duas categorias principais: (1) Receita Tarifária Principal, proveniente da cobrança de pedágio, e (2) Receitas Acessórias, derivadas de serviços complementares e exploração comercial das faixas de domínio.

No exercício de 2025, a Receita Líquida Ajustada consolidada atingiu R\$1.030.112 mil, representando um crescimento de 7,6% em relação ao ano anterior (2024). Esse desempenho foi impulsionado por:

A Receita Tarifária manteve-se como a principal contribuidora, representando aproximadamente 99,6% do total, reforçando a previsibilidade do fluxo de caixa. As Receitas Acessórias, embora com participação menor, apresentam maior potencial de margem e diversificação da base de receitas.



Receita de Construção

A contabilização das receitas de construção da Companhia observa os preceitos estabelecidos pelas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que disciplina o reconhecimento contábil de contratos de concessão de serviços públicos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a receita e custo de construção no valor de R\$ 663.714 mil foram contabilizados e devido ao fato das contratações dos serviços de construção serem realizadas a valor de mercado, não há reconhecimento de margem de lucro nas atividades de construção.

Receitas Acessórias

Adicionalmente, a empresa pode auferir receitas acessórias decorrentes de contratos de exploração comercial das faixas de domínio, locações, publicidade e acordos operacionais com parceiros privados, respeitando os limites e condições estabelecidos pela legislação vigente e pelo contrato de concessão. As receitas acessórias totalizaram R\$ 4.511 mil em 2025.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(ii) fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Impactos Socioeconômicos no Fluxo de Veículos

O desempenho operacional da Companhia é intrinsecamente correlacionado ao volume e à frequência do tráfego nas rodovias sob sua concessão. A performance desses ativos é sensível a variáveis macroeconômicas, tais como o nível de atividade econômica (PIB), oscilações nos índices inflacionários e nas taxas de juros, além da volatilidade nos preços dos combustíveis.

Tais fatores possuem o potencial de alterar a elasticidade da demanda por transporte, impactando diretamente o volume de Veículos Equivalentes Pagantes (VEP) e, consequentemente, a geração de receita tarifária.

Principais drivers operacionais da Companhia em 2025:

- **Volume de Tráfego:** No exercício de 2025, a Companhia registrou um incremento de 3,1% no volume de VEPs (Veículos Equivalentes Pagantes) em comparação ao ano anterior. Esse resultado reflete a resiliência do corredor logístico e o sólido desempenho do transporte de cargas agrícolas e industriais, impulsionado, sobretudo, pelo escoamento da safra de grãos do Mato Grosso do Sul.

Vale destacar que a Companhia detém a maior extensão de malha do setor, com aproximadamente **1.221 km** distribuídos em **12 rodovias estaduais** que cruzam **62 municípios**. Essa amplitude geográfica é um fator determinante para a sustentabilidade e o crescimento contínuo do tráfego.

- **Reajuste Tarifário Contratual:** Em estrito cumprimento às cláusulas contratuais, a tarifa básica de pedágio foi atualizada em 2025 com base na variação do IPCA acumulado, que totalizou 5,5% nos últimos 12 meses. Esse mecanismo assegura a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.
- **Efeito Calendário e Mix de Tráfego:** A receita operacional é influenciada pela composição dos dias úteis e feriados no período. Estima-se uma maior densidade de veículos leves em feriados prolongados, enquanto o tráfego comercial apresenta maior regularidade em dias úteis, impactando o mix de arrecadação.
- **Sazonalidade do Agronegócio (Ciclo de Safras):** Dada a localização estratégica da concessão em um importante corredor de escoamento agrícola, o tráfego de veículos pesados é fortemente impactado pela sazonalidade das safras. Prevemos um incremento volumétrico nos períodos de colheita e transporte de grãos, consolidando a relevância do ativo para a logística nacional.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

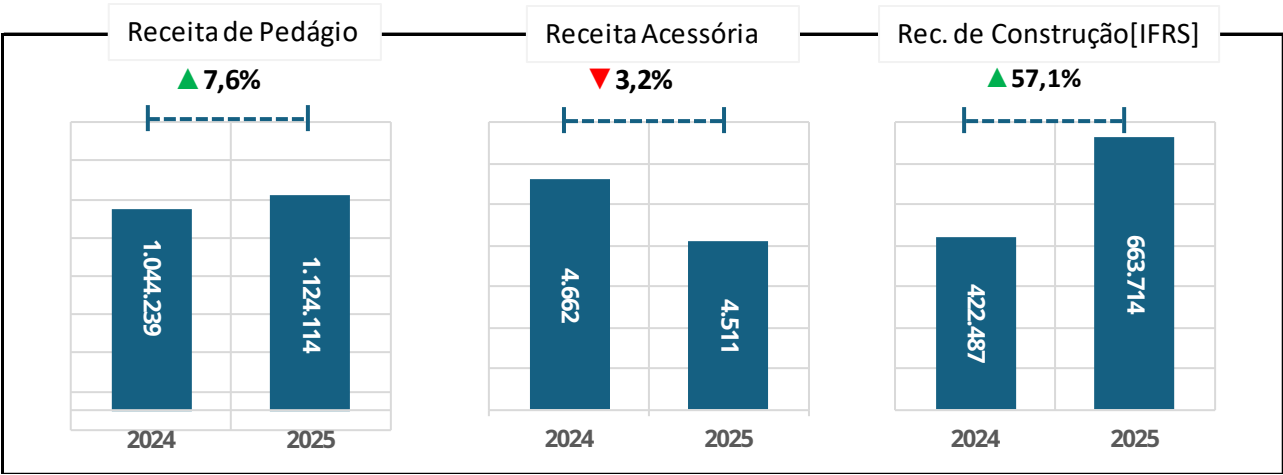
Não houve variação relevante atribuível ao câmbio, dada a operação exclusivamente interna, e a inflação média de 4,3% contribuiu para a recomposição tarifária e ajustes nos contratos de serviços. Em 2025 a Companhia arrecadou R\$1.124 milhões em receitas de pedágio e em 2024 a arrecadação somou R\$1.044 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

IPCA: A inflação impacta os custos operacionais da Companhia, especialmente em relação a insumos para conservação e manutenção rodoviária (asfalto, concreto, serviços de engenharia e mão de obra). Parte desse efeito é mitigada pelo reajuste anual das tarifas de pedágio, conforme previsto no contrato de concessão e indexado a índices de preços.

Taxas de Câmbio: A exposição cambial da Companhia é reduzida, limitando-se a aquisições pontuais de equipamentos e sistemas importados, sem relevância no resultado.

Em relação à taxa de juros, no exercício social encerrado em 31/12/2025 a Companhia apresenta uma dívida bruta consolidada de 2.7 bilhões composta por financiamentos e debêntures indexadas ao IPCA + fixa pactuadas na emissão, logo em cenários de taxas de juros elevadas onera o resultado da Companhia com volumes maiores das despesas financeiras.



C) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Exposição a riscos inflacionários

A inflação impacta os custos operacionais da Companhia, especialmente em relação a insumos para conservação e manutenção rodoviária (asfalto, concreto, serviços de engenharia e mão de obra). Parte desse efeito é mitigada pelo reajuste anual das tarifas de pedágio, conforme previsto no contrato de concessão e indexado a índices de preços.

Exposição a riscos cambiais

A exposição cambial da Companhia é reduzida, limitando-se a aquisições pontuais de equipamentos e sistemas importados, sem relevância no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, a Companhia não apresentou saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

2.2 Resultados operacional e financeiro

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos financeiros em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber com partes relacionadas, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

As debêntures e o financiamento do BNDES são indexados ao IPCA. Deste modo, o aumento ou a redução da inflação causam impacto no resultado da Companhia. A Diretoria informa, adicionalmente, que as debêntures emitidas pela Companhia são indexadas, primordialmente, ao IPCA e as aplicações financeiras ao CDI.

Para informações detalhadas sobre a exposição da Companhia a tais indexadores, recomenda-se a consulta à análise de sensibilidade constante no item 4.3 deste Formulário de Referência.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2. Comentário dos diretores

2.3 Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não foram identificadas ressalvas nem ênfases na opinião dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2. Comentário dos diretores

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor, e em seus resultados.

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve aquisição ou alienação de segmento operacional que tenha causado alterações relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não se verificou a constituição, aquisição ou alienação de participação societária que tenha produzido, ou cuja produção de efeitos relevantes nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia seja razoavelmente esperada.

c. eventos ou operações não usuais

Compensação Financeira

Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R\$248.034 mil para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo foi realizado mediante desembolso de caixa, não houve impactos no resultado decorrente desta operação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia já havia consumido todo o montante recebido.

Reequilíbrio Cautelar

A Companhia recebeu, de forma cautelar, no dia 3 de junho de 2024, a importância de R\$164.533 mil referente à 80% do reequilíbrio contratual referente às perdas de receita de pedágio pelos fatores da pandemia COVID e está aguardando os cálculos definitivos do desequilíbrio para correta alocação da importância recebida.

2.5 Medições não contábeis

2. Comentário dos diretores

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2. Comentário dos diretores

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

2.7 Destinação de resultados

2. Comentário dos diretores

2.7 Os diretores devem comentar sobre a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. Regras sobre retenção de lucros

De acordo com a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. O Estatuto Social da Companhia não possui disposições específicas acerca de retenção de lucros.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação aplicável. O pagamento é realizado dentro dos prazos legais e eventuais correções monetárias ou juros somente serão aplicáveis se expressamente aprovados pela Assembleia Geral. Os dividendos não reclamados no prazo de três anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescrevem em favor da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 pelo fato de não ter lucro no exercício, não houve destinação de dividendo mínimo obrigatório.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações., a Companhia distribui dividendos em bases anuais. Adicionalmente, nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia também, por deliberação da Assembleia Geral, poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços; e (ii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

O contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES veda, sem a prévia anuência a distribuição de dividendos em valor que supere 1% do lucro líquido até 31 de dezembro de 2027.

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2. Comentário dos diretores

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos:

Os Diretores da Companhia informam que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia tenha mantido ou transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo, tampouco passivos correlatos.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços:

Os Diretores da Companhia declaram, para os devidos fins, que, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não existem contratos de compra e venda futura de produtos ou serviços que não estejam devidamente registrados e evidenciados nas demonstrações financeiras, em estrita conformidade com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

(iii) Contratos de construção não terminada:

Os diretores informam que não existem compromissos firmes ou contratos de construção não terminada que não estejam reconhecidos ou evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Embora o contrato de concessão preveja um cronograma indicativo para obras e investimentos, os compromissos de capital (CAPEX) são formalizados apenas por contratações específicas conforme a evolução da concessão. Assim, não há contratos de obras em andamento que exijam divulgação adicional além do que já está refletido nas demonstrações financeiras.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos:

Os Diretores da Companhia declaram que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram firmados contratos de recebimento futuro de financiamentos que não estejam devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial da Companhia.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2. Comentário dos diretores

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Não existem ativos ou passivos relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras de 31/12/2025.

b) Natureza e propósito da operação:

Não existem ativos ou passivos relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras de 31/12/2025.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não existem ativos ou passivos relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras de 31/12/2025.

2.10 Planos de negócios

2. Comentário dos diretores

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício de 2026, a Companhia deverá investir aproximadamente R\$1,3 bilhões de reais, a fim de cumprir as obrigações contratuais da concessão. Com objetivo de dar continuidade nos investimentos nas Rodovias do Centro-Oeste Paulista, nos termos do Contrato ARTESP nº 0409/ARTESP/2020, para desenvolvimento de sua infraestrutura e transporte.

O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R\$14,1 bilhões - ao longo dos 30 anos (base junho/2020) - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R\$ 3,5 bilhões.

Inicialmente, tais investimentos envolvem a recuperação emergencial de toda a infraestrutura relacionada à concessão e em razão disso serão realizadas as seguintes atividades:

- Duplicação:

Trabalhos de duplicação nas rodovias SP 284, SP 294 e SP 304;

- Obras de Arte Especiais:

Construção de novas obras de artes especiais, bem como alargamento de outras;

- Terceira Faixa:

Trabalhos de implantação de terceira faixa na rodovia SP 310;

- Pavimentação:

Recuperação de pavimento, operação tapa buracos, correção de depressões, selagem de trincas, reparos superficiais, fresagens e eliminação de degraus;

- Faixa de Domínio:

Remoção de detritos, poda do revestimento vegetal, limpeza geral e recuperação de erosões;

- Drenagem:

Desobstrução de elementos de drenagem superficial, reparos, e colocação de grelhas e tampas de caixas de captação;

- Contenção Viária:

Reparação ou substituição, recomposição de defensas e balizadores dos encontros de Obra de Arte Especial; e

2.10 Planos de negócios

- Sinalização:

Reparação ou substituição de placas, limpeza, recuperação de sinalização horizontal e restauração de dispositivos delimitadores;

- Iluminação:

Implantação de iluminação em trechos de serra e urbanos; • Acostamento: Implantação e adequação de acostamentos;

- Prédios:

Construção de área para descanso para caminhoneiros, SAUs, área para gerenciamento e fiscalização do peso de veículos de carga, ponto para parada de ônibus, entre outros.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seu crescimento por meio de uma combinação equilibrada de recursos, que inclui o capital dos acionistas, a emissão de títulos no mercado de capitais e o uso das receitas geradas por suas próprias operações.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos para o exercício de 2025.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

A companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

c. Novos produtos e serviços indicando:

Os Diretores informam que a Companhia não possui novos produtos ou serviços em andamento ou que tenham sido desenvolvidos no exercício social encerrado em 2025.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG.

Ambiental:

A empresa atende aos Padrões de Desempenho do IFC, em 2025 elaborou o 8º Relatório de Atendimento aos padrões IFC. Em 2025 a Companhia contratou estudo de resiliência climática, que deverá ser entregue em março/2026.

Em maio de 2025, a Eixo SP realizou a neutralização das emissões de GEE provenientes das atividades de operação rodoviária referentes ao período de 2020 a 2024, por meio da aquisição de créditos de carbono do Projeto Corredor dos Senandes, desenvolvido no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Ao todo, foram neutralizadas 12.499 toneladas de CO₂. Localizado no estado do Rio Grande do Sul, o Projeto Corredor dos Senandes consiste em um complexo eólico com capacidade instalada de 108 MW, voltado à ampliação da oferta de energia limpa e renovável no Brasil.

2.10 Planos de negócios

A neutralização das emissões está alinhada às obrigações contratuais da concessionária, que preveem a compensação quinquenal das emissões de GEE decorrentes das atividades de operação rodoviária.

Social:

A atuação social da Companhia é pautada pelo investimento em programas que beneficiam diretamente as comunidades situadas ao longo da malha rodoviária (comunidades lindeiras).

Abaixo, detalhamos os projetos divididos por categoria e tipo de recurso

1. Projetos com Recursos Próprios

Programa Qualificar

O projeto é uma iniciativa social que promove formação profissional para pessoas que desejam retornar ou se realocar no mercado de trabalho. Ao término do curso, os currículos dos participantes são incluídos no banco de talentos da Companhia.

Programa Novos Caminhos

Focado na ressocialização e reintegração social, o programa promove a inclusão produtiva de pessoas privadas de liberdade por meio do trabalho e capacitação na conservação rodoviária, estimulando a dignidade, a geração de renda e a redução da reincidência criminal.

2. Projetos via Leis de Incentivo

Programa Ciência Divertida: Entendendo as Mudanças Climáticas (Cultural)

Peça teatral de cunho educacional, apresentada em escolas públicas, com o objetivo de ampliar o conhecimento de crianças e adolescentes de 6 a 12 anos sobre os fenômenos do aquecimento global, suas consequências e as ações humanas para combatê-lo.

Programa Turma da Ação: O Sonho de um Circo (Cultural)

Peça teatral de cunho educacional voltada para crianças e adolescentes de 6 a 12 anos, com temática focada em educação financeira.

Programa Ressignificando Vivências (Criança e Adolescente)

Projeto que visa ofertar acompanhamento psicológico a 50 crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos, vítimas de violência sexual, visando a redução dos danos causados pela violência e a prevenção da reincidência.

Programa Esporte com Paixão II – Piracicaba (Esporte)

O projeto atende 80 crianças no contraturno escolar em Piracicaba/SP por meio de oficinas esportivas (basquete, futsal, vôlei e handebol), monitoramento com campeonatos semestrais e suporte multidisciplinar (saúde, higiene, alimentação e transporte). O pilar pedagógico inclui o curso “Aprendizagem para Corações e Mentes”, voltado à formação de professores em competências socioemocionais e éticas.

Programa Judô Corpore Sano (Esporte)

Oferece aulas de judô para 70 crianças da rede pública, de 4 a 12 anos, utilizando o esporte como ferramenta educacional. Com duração de 12 meses, o projeto fornece material

2.10 Planos de negócios

completo (quimono, faixa, camiseta, mochila e chinelo) e promove ações socioeducativas sobre temas como reciclagem, saúde bucal e prevenção ao assédio.

Programa Ampliação da Equipe Técnica APAE Jaraguá/GO (Pronas)

Visa ampliar os atendimentos de reabilitação e habilitação para 160 pessoas com deficiência intelectual, múltiplas e transtorno do espectro autista (0 a 90 anos). Os atendimentos são realizados na clínica REAJA e por meio de equoterapia, focando na autonomia e inclusão social.

Programa Vidas Cuidando de Vidas (Idoso)

O projeto proporciona assistência integral, medicamentos, insumos, exames e terapias especializadas aos pacientes do SUS no Hospital Amaral Carvalho. Busca atender mais de 80 mil pacientes oncológicos por ano, fortalecendo o acolhimento social e aumentando as chances de cura.

Programa AUPACC | Amigos Unidos por Amor Contra o Câncer (Pronon)

Fortalece o atendimento integral a pessoas com câncer por meio de suporte multidisciplinar e socioassistencial. Os objetivos incluem a realização de mais de 10 mil atendimentos de reabilitação (fisioterapia, nutrição, psicologia, assistência jurídica), implementação de cuidados paliativos e a promoção de campanhas preventivas de saúde.

Governança:

- ✚ Ética e Compliance: intensificação de treinamentos presenciais, fortalecimento do Canal de Ética e revisão contínua dos controles internos para assegurar integridade e transparência.
- ✚ Independência e transparência: declarações de independência para os auditores, comunicação formal com o Conselho de Administração sobre deficiências relevantes de controle e conformidade com padrões internacionais de auditoria.
- ✚ A manutenção de ampla estrutura de seguros (Responsabilidade Civil, D&O, Seguro Garantia Judicial etc.) e a constituição de provisões rigorosas para demonstram excelência em gestão de riscos e compliance, assegurando sustentabilidade financeira e transparência no cumprimento das obrigações contratuais.
- ✚ A EIXO SP é certificada na ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno, desde 2022.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2. Comentário dos diretores

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional, e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

A Diretoria entende que não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional além dos comentados.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3. Projeções

3.1 As projeções devem identificar

a. Objeto da projeção

A Companhia tem como política não fornecer orientações sob a forma de previsões quantitativas a respeito de seu desempenho futuro de receitas (guidance), de modo que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram divulgadas projeções.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

A Companhia tem como política não fornecer orientações sob a forma de previsões quantitativas a respeito de seu desempenho futuro de receitas (guidance), de modo que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram divulgadas projeções.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A Companhia tem como política não fornecer orientações sob a forma de previsões quantitativas a respeito de seu desempenho futuro de receitas (guidance), de modo que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram divulgadas projeções.

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia tem como política não fornecer orientações sob a forma de previsões quantitativas a respeito de seu desempenho futuro de receitas (guidance), de modo que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram divulgadas projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

3. Projeções

3.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

A Companhia não divulgou, durante os 3 últimos exercícios sociais projeções operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

b. Período quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

A Companhia não divulgou, durante os 3 últimos exercícios sociais projeções operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A Companhia não divulgou, durante os 3 últimos exercícios sociais projeções operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de Risco

4.1 Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a. Emissor

(i) A Companhia pode não conseguir executar integralmente a sua estratégia de negócio.

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") implica, por natureza, a exposição a riscos inerentes.

Dessa forma, antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores têm o dever de analisar rigorosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os fatores de risco detalhados e as demonstrações financeiras completas, juntamente com suas respectivas notas explicativas.

A EIXO SP celebrou contratos de financiamento que embora os contratos **não prevejam covenants financeiros** (índices de dívida), o vencimento antecipado está condicionado à manutenção da estabilidade jurídica e operacional da concessão. Os gatilhos concentram-se em:

- **Risco da Concessão:** Eventos que afetem a validade do contrato de concessão, como processos de caducidade, rescisão ou aditivos sem anuência do BNDES.
- **Seguros e Garantias:** Descumprimento de obrigações acessórias críticas, como a manutenção de seguros, garantias de execução, fianças bancárias e o pagamento de outorgas/taxas regulatórias (ARTESP).
- **Solvência:** Situações de insolvência (recuperação judicial ou falência) e o **vencimento antecipado cruzado** (*cross-default*), onde o inadimplemento de debêntures ou outras dívidas com o BNDES acelera a cobrança deste contrato.

Status atual: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reportou pleno cumprimento de todas as obrigações e compromissos firmados.

A capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de negócios e alcançar o crescimento depende diretamente de sua habilidade em concretizar objetivos operacionais e financeiros específicos. Esses objetivos incluem:

Otimização Operacional: Maximizar as eficiências operacionais, buscando economias de escala e a terceirização estratégica de serviços.

Expansão de Receitas: Aumentar as receitas primárias provenientes das rodovias sob sua administração.

Diversificação: Maximizar o potencial de fontes alternativas de receitas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Contudo, a Companhia não oferece garantia de que tais objetivos estratégicos serão integralmente realizados.

A implementação da estratégia de crescimento da Companhia exige investimentos significativos. Para financiar essa expansão, a Companhia poderá necessitar de recursos adicionais, seja por meio da emissão de novos títulos de dívida ou de financiamentos bancários. A obtenção desse capital está condicionada ao nível de endividamento atual da Companhia e às condições de mercado vigentes. A Companhia não pode assegurar a disponibilidade de tais recursos adicionais ou, caso estejam disponíveis, que serão em condições e montantes considerados satisfatórios.

A impossibilidade de acessar capital em condições adequadas e no volume necessário poderá restringir o crescimento e o desenvolvimento futuro das atividades, impactando de forma relevante e adversa os negócios, os resultados financeiro e operacional da Companhia.

A alocação de recursos é priorizada para o cumprimento das obrigações contratuais decorrentes da concessão onerosa do sistema rodoviário, abrangendo serviços de operação, conservação, manutenção e os investimentos obrigatórios ("Contrato de Concessão").

O foco nestas obrigações, que também incluem o pagamento de Outorga Fixa e Variável e Ônus de Fiscalização, pode acarretar uma menor disponibilidade de recursos para a estratégia de crescimento. O descumprimento de qualquer obrigação contratual pode gerar penalidades (advertência e multa) e, na hipótese mais severa, suscitar a instauração de processo de caducidade do Contrato de Concessão, o que teria um efeito adverso significativo sobre a situação financeira da Companhia.

Os riscos descritos neste Formulário de Referência são, na data de sua elaboração, aqueles de conhecimento da Companhia e que se acredita terem potencial para afetá-la adversamente. Fica ressalvado que riscos adicionais, atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes, também poderão, no futuro, afetar adversamente a Companhia.

Para os fins desta seção de "Fatores de Risco", a menção de que um risco poderá causar "efeito adverso" ou "efeito negativo" significa que tal risco poderá gerar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou nos negócios futuros da Companhia, bem como na cotação de seus valores mobiliários. Todas as expressões similares devem ser interpretadas neste contexto.

(ii) O endividamento da Companhia pode afetar adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais, bem como sua capacidade de cumprir com as obrigações de pagamento relativas aos contratos financeiros que celebrou.

Em 31 de Dezembro de 2025, a Companhia registrou dívida bruta de R\$2.7 bilhões em financiamentos e debêntures, referente ao financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES"), da emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações e da emissão de debêntures conversíveis com partes relacionadas. O caixa consolidado da Companhia somado a aplicações vinculadas atingiu R\$490 milhões, refletindo a manutenção de um nível adequado de liquidez para suportar as necessidades operacionais e financeiras da Companhia. Como resultado o endividamento líquido em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$2.2 bilhões.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O nível de endividamento atual da Companhia e, especialmente, um aumento em tal nível de endividamento, pode afetar significativamente as operações futuras da Companhia, gerando os seguintes impactos:

- **Prejudicar** a sua capacidade de realizar o pagamento e cumprir outras obrigações relativas às dívidas vincendas.
- **Sujeitar** a Companhia às variações da inflação, taxa de Juros de Longo Prazo - TLP, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.
- **Ocasionar** a redução da disponibilidade do seu fluxo de caixa para cobrir capital de giro, despesas de capital, aquisições e outras despesas corporativas, além de limitar a sua capacidade de obter financiamento adicional para estes fins.
- **Ocasionar** (a) uma limitação na flexibilidade de planejamento ou na capacidade de reação e (b) um aumento na vulnerabilidade em relação a mudanças nos negócios, no setor em que atua e na economia em geral.
- **Colocar** a Companhia em situação de desvantagem frente a seus concorrentes que estejam em situação de menor endividamento ou menor alavancagem.

Qualquer um dos fatores acima indicados pode afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como sua capacidade de cumprir com as obrigações de pagamento relativas aos contratos financeiros que celebrou.

A capacidade da Companhia de cumprir com as obrigações de pagamento e outras relativas aos contratos financeiros por ela celebrados depende da geração de um fluxo de caixa relevante no futuro. Esse fato está sujeito a fatores econômicos, financeiros, concorrenciais, legislativos e regulatórios em geral, bem como a outros fatores que vão além do controle da Companhia.

A Companhia não pode garantir que seus negócios irão gerar fluxo de caixa por meio de suas operações, ou que financiamentos adicionais estarão disponíveis, no âmbito das linhas de crédito existentes ou a serem contratadas, em valores que sejam suficientes para a Companhia cumprir com as obrigações de pagamento relativas aos contratos financeiros que celebrou e celebrará e para arcar com outras necessidades de capital.

Caso a Companhia não seja capaz de gerar fluxo de caixa suficiente, poderá ser obrigada a refinaranciar ou reestruturar seu endividamento, alienar ativos, reduzir ou postergar investimentos, ou, ainda, buscar outras formas de obter os recursos necessários. Caso a Companhia não consiga implementar uma ou mais destas alternativas, poderá não conseguir cumprir com suas obrigações financeiras.

(iii) A Companhia pode não ser capaz de obter recursos suficientes, inclusive por meio de emissão de novos valores mobiliários, para executar integralmente a sua estratégia de crescimento, para suprir suas necessidades de capital de giro e/ou para o financiamento de suas atividades, o que poderá afetar adversamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Caso os recursos financeiros e do mercado de capitais não sejam suficientes para atender à sua necessidade operacional, a Companhia poderá requerer créditos adicionais ou aumentar seu capital. Contudo, tais créditos podem não estar disponíveis ou, se disponíveis, poderão não ser oferecidos em condições satisfatórias para a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Financiamentos futuros, se disponíveis, poderão resultar em:

- **Aumento** do custo médio de seu endividamento;
- **Maior** alavancagem;
- **Menor** disponibilidade de recursos próprios para cumprir com os planos de maximização da capacidade da Companhia; e
- **Menor** disponibilidade de recursos para o pagamento de proventos aos seus acionistas.

Caso a Companhia não seja capaz de obter novos financiamentos ou de refinanciar suas dívidas quando necessário, ou, ainda, se a disponibilidade de crédito se der somente em termos desfavoráveis à Companhia, poderá se tornar um desafio satisfazer suas necessidades de capital de giro, cumprir suas obrigações financeiras e/ou aproveitar, de outro modo, oportunidades de negócios. Tais resultados podem impactar de forma relevante e adversa a Companhia, seus negócios e/ou seus resultados operacionais.

Além disso, a capacidade de implementar sua estratégia de negócio depende também da sua capacidade de geração de caixa operacional e da manutenção de uma estrutura de capital adequada ao seu negócio.

Cumpre salientar que o modelo de negócio da Companhia requer investimentos e financiamentos substanciais, os quais poderão ser obtidos, por exemplo, por meio da captação de linhas de crédito bancárias e/ou emissões de ações, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações. Em um cenário de deterioração de seus indicadores financeiros e/ou no caso da diminuição da oferta de crédito, influenciado pelas condições políticas, econômicas e de mercado do Brasil, a capacidade da Companhia em obter qualquer financiamento futuro necessário para capital de giro, dispêndios de capital e/ou pagamentos de principal e juros sobre o endividamento é limitada.

(iv) Riscos relacionados à terceirização de parcela das atividades-meio da Companhia podem afetar negativamente o fluxo de caixa e o resultado das operações da Companhia.

A Companhia terceiriza parcela de suas atividades-meio. Assim, com relação aos empregados das empresas terceirizadas, a Companhia pode vir a ser responsabilizada solidária ou subsidiariamente pela Justiça do Trabalho, no que se refere ao pagamento de eventuais débitos trabalhistas e previdenciários. Adicionalmente, a eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade dos negócios da Companhia. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, os resultados da Companhia poderão ser impactados adversamente.

Além disso, em decorrência das recentes alterações na legislação trabalhista relativa à terceirização, a Companhia não pode prever como serão regulamentadas ou interpretadas pelo Poder Judiciário e autoridades competentes. Também são imprevisíveis os impactos que tais mudanças terão sobre o mercado de trabalho e a remuneração dos empregados terceirizados. Se, em decorrência dessa nova legislação, a terceirização das atividades se tornar mais restrita ou custosa, é possível que o seu acionista controlador ou a Companhia tenham que encontrar serviços alternativos de construção, operação e manutenção, o que pode afetar negativamente o fluxo de caixa e o resultado das operações da Companhia.

A Companhia pode, ainda, ser solidariamente responsabilizada por qualquer débito trabalhista ou previdenciário requerido judicialmente por empregados dos seus prestadores de serviços terceirizados, o que pode afetar, de forma relevante, os resultados operacionais da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(v) Custos de construção e manutenção maiores do que os estimados podem afetar negativamente a condição financeira da Companhia.

A capacidade da Companhia de (i) concluir adequadamente as construções, reformas, expansões e futuros projetos exigidos pelo Contrato de Concessão e (ii) obter recursos suficientes para a manutenção e conservação das rodovias está sujeita a, dentre outros fatores, flutuações no custo de mão-de-obra e matéria-prima, mudanças no cenário econômico brasileiro e internacional, acesso a fontes de financiamentos, inadimplência de seus fornecedores de matéria-prima e serviços e interrupções resultantes de problemas técnicos imprevisíveis. Esses fatores podem aumentar significativamente os custos da Companhia e poderão afetar o fluxo de caixa, condição econômico-financeira e resultados operacionais da Companhia.

(vi) Bens reversíveis ao Poder Concedente ao final da concessão.

Parte significativa dos bens da Companhia está vinculada à concessão objeto do Contrato de Concessão. Esses bens não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência ou penhora para garantir a execução de decisões judiciais, uma vez que devem ser revertidos ao Poder Concedente ao final da respectiva concessão, nos termos da legislação em vigor. Essas limitações podem reduzir significativamente os valores disponíveis à Companhia, em caso de liquidação, além de ter um efeito negativo na capacidade da Companhia de oferecer garantias para a obtenção de financiamentos.

(vii) Caso a taxa de inflação aumente substancialmente no Brasil, a dificuldade da Companhia em aumentar as tarifas de pedágio adequadamente em tempo hábil pode afetar os seus resultados operacionais.

Ao longo de sua história, o Brasil experimentou altas taxas de inflação. Os reajustes anuais previstos nos contratos de concessão, em decorrência da taxa de inflação e revisões ordinárias e extraordinárias resultantes do mecanismo de equilíbrio econômico-financeiro estão sujeitos à aprovação do Poder Concedente, não sendo possível assegurar que o Poder Concedente agirá de forma favorável ou diligente no processo de aprovação do reajuste de tarifas solicitados pela Companhia.

Em caso de requisição judicial, o reajuste pode ocorrer após alguns dias da data base prevista contratualmente. O mecanismo de revisões ordinárias e extraordinárias, por sua vez, possui ineficiências que podem atrasar os resultados e está sujeito à discricionariedade do Poder Concedente no trâmite do processo administrativo. Portanto, se a inflação for elevada e o Poder Concedente não autorizar o reajuste da tarifa na mesma magnitude os resultados operacionais, liquidez e fluxo de caixa da Companhia poderão ser afetados adversamente.

(viii) As apólices de seguro contratadas pela Companhia podem ser insuficientes para cobrir eventuais sinistros e perdas, em particular em casos que não sejam cobertos pelas, ou excedam as, apólices de seguros.

Determinados tipos de perdas não estão cobertos pelas apólices de seguros contratadas pela Companhia, tais como atos de terrorismo, guerras, calamidade pública e desastres ambientais. Assim, se quaisquer desses eventos ou outras contingências, bem como outros que até a data deste formulário que não foram identificados vierem a ocorrer, os investimentos da Companhia podem ser adversamente afetados, obrigando-a a incorrer em custos adicionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, a ocorrência de acidentes pode gerar danos à imagem da Companhia, e sujeitá-la à imposição de responsabilidade civil e/ou à obrigação do ressarcimento às vítimas, em particular em casos que não sejam cobertos pelas apólices de seguros, inclusive por meio do pagamento de indenizações.

Por se tratar de uma concessionária de serviço público, a Companhia pode responder como se o Estado fosse. Como a responsabilidade estatal pode ser considerada objetiva, ou seja, basta a comprovação entre o dano sofrido e o autor da ofensa, a Companhia poderá ser responsabilizada objetivamente por eventuais danos causados aos usuários sem que seja necessário que se prove que ela agiu dolosa ou culposamente, aumentando assim o risco de responsabilização.

Adicionalmente, a Companhia pode não ser capaz de renovar suas apólices de seguro nas mesmas condições atualmente contratadas. Qualquer desses fatores pode ter um efeito adverso nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

(ix) Os controles internos da Companhia poderão não ser bem-sucedidos em sua função de prevenir ou detectar todas as práticas inapropriadas, fraudes ou violações às leis ou às políticas internas da Companhia, inclusive relacionadas a compliance e a leis de anticorrupção.

A Companhia não pode garantir que conseguirá prevenir ou detectar todas as práticas inapropriadas, fraudes ou violações à lei por qualquer funcionário da Companhia. Ainda, não garante que os processos de governança corporativa e gerenciamento de risco não sofrerão falhas. Portanto, se qualquer funcionário se envolver em práticas fraudulentas, corruptas ou injustas, ou mesmo em qualquer violação à lei, regulação ou política interna aplicáveis, inclusive relacionadas a compliance e a leis de anticorrupção, a Companhia pode vir a sofrer ações coercitivas ou ser responsabilizada pela violação às referidas leis, regulamentos ou políticas de controles internos, o que pode resultar em multas ou sanções e afetar negativamente a reputação, condições financeiras e os negócios da Companhia.

(x) A falta de proteção adequada contra riscos relacionados à cibersegurança pode afetar a Companhia substancial e negativamente.

A Companhia está sujeita a diversos riscos de cibersegurança, incluindo, entre outros: invasão de seus sistemas e plataformas de tecnologia da informação por terceiros mal-intencionados, infiltração de malware (como vírus de computador) em seus sistemas, contaminação (intencional ou acidental) de suas redes e sistemas por terceiros com quem são trocados dados, acesso não autorizado a dados confidenciais de clientes e/ou informações de sua propriedade por pessoas dentro ou fora da Companhia e ataques cibernéticos que causam a degradação dos sistemas ou a indisponibilidade de serviços, o que pode resultar em perdas comerciais.

Nos últimos anos, sistemas de computação de companhias e organizações têm sido alvos não apenas de cibercriminosos, mas também de ativistas e Estados párias. A Companhia está, portanto, sujeitas a vários ataques cibernéticos, como *denial of service*, *malware* e *phishing*.

Ataques cibernéticos podem gerar perda de quantidades significativas de dados de clientes e de outras informações sensíveis, bem como níveis significativos de ativos líquidos (incluindo caixa). Além disso, ataques cibernéticos podem desativar os sistemas de tecnologia da informação da Companhia utilizados para o atendimento a seus clientes. À medida em que as tentativas de ataque continuam a evoluir em escopo e sofisticação, a Companhia poderá incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou aprimorar suas medidas de proteção contra esses ataques, de investigar ou remediar qualquer

4.1 Descrição dos fatores de risco

vulnerabilidade ou consequente violação e de comunicar a seus clientes sobre ataques cibernéticos.

Além disso, a Companhia também poderá estar sujeita a ataques cibernéticos contra infraestruturas críticas do Brasil. Os sistemas de tecnologia da informação da Companhia dependem dessa infraestrutura crítica e qualquer ataque cibernético contra essa infraestrutura crítica pode afetar negativamente a capacidade de atender os seus clientes.

Dessa forma, caso a Companhia não consiga gerenciar de maneira efetiva seus riscos de cibersegurança e qualquer dos fatores acima venha a ocorrer, os negócios, resultados, perspectivas e reputação da Companhia podem ser adversamente impactados, dando ensejo a, dentre outras possíveis implicações, pagamento de indenização aos clientes, penalidades e multas regulatórias e/ou perda de ativos.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota políticas e procedimentos de segurança da informação baseados em boas práticas de mercado, incluindo a realização periódica de testes de intrusão (pentests), avaliações de vulnerabilidade, monitoramento contínuo de sistemas críticos, controles de acesso, autenticação multifator, criptografia de dados e programas de conscientização para colaboradores, além de planos de resposta a incidentes e de recuperação de desastres. Apesar dessas medidas, não há garantia de que a Companhia esteja totalmente imune a ataques ou falhas de segurança, podendo eventos cibernéticos causar impactos adversos significativos.

(xi) Mudanças climáticas podem ocasionar danos às rodovias administradas pela Companhia, resultando em custos adicionais e redução das suas receitas.

A ocorrência de mudanças relevantes no clima, incluindo inundações e erosões causadas pelo aumento das chuvas, pode demandar novos investimentos além dos já planejados pela Companhia. Exemplificativamente, caso haja um aumento significativo nos índices pluviométricos das regiões em que a Companhia atua, há riscos de deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras, provocando a interdição da pista. A ocorrência de tais fatos resultaria em investimentos adicionais aos planejados, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

Adicionalmente, condições climáticas adversas interferem no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento nos cronogramas dos projetos e de investimentos da Companhia, reduzindo, consequentemente, as suas receitas. Caso a Companhia não seja capaz de se adaptar de forma satisfatória a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade das rodovias e dos serviços em virtude das condições naturais diferentes das existentes quando do início das respectivas concessões, o resultado operacional e condição financeira da Companhia podem ser adversamente afetados.

(xii) Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos poderão afetar os negócios e resultados da Companhia.

A Companhia figura como parte em processos nas esferas judiciais e administrativas. As provisões constituídas, as garantias em juízo e os honorários incorridos em face aos custos e despesas relacionadas a decisões desfavoráveis nesses processos podem causar efeitos negativos sobre os resultados da Companhia, incluindo a possibilidade de ocorrência de penhora de seus ativos. Além disso, decisões judiciais e administrativas desfavoráveis podem gerar perdas para Companhia no que diz respeito à sua reputação e imagem e refletir de forma negativa em suas operações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(xiii) A Companhia está exposta a riscos relacionados ao volume de demanda (quantidade de veículos/eixos).

A receita da Companhia está diretamente vinculada ao volume de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs) — leves e pesados — e à frequência com que utilizam a rodovia. Eventuais reduções no fluxo de veículos podem decorrer de fatores macroeconômicos, tais como a retração da atividade econômica, queda nos níveis de renda e emprego, inflação, elevação das taxas de juros e dos preços dos combustíveis. Adicionalmente, o tráfego pode ser impactado por fatores competitivos e logísticos, incluindo a concorrência com novos modais (ferrovias), a abertura de rodovias e rotas alternativas, ou a ocorrência de rotas de fuga de pedágios.

b. Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

(i) Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem divergir dos interesses dos seus investidores

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo mínimo obrigatório, impostas pelo Estatuto Social da Companhia e pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores. Dessa divergência entre os interesses dos investidores e dos acionistas controladores, poderá ser afetada, dentre outros, a rentabilidade de valores mobiliários da Companhia.

c. Suas controladas e coligadas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui controladas ou coligadas.

d. Seus administradores

(i) A perda de membros da administração e/ou a incapacidade de atrair e/ou manter pessoal qualificado pode ter efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços prestados por sua administração. Nenhuma dessas pessoas está vinculada por um contrato de trabalho de longo prazo ou obrigação de não concorrência. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e/ou manter pessoal qualificado para integrar sua administração e acompanhar seu ritmo de crescimento. A perda de membros de sua administração ou a sua incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

e. Seus fornecedores

(i) A revogação ou cancelamento dos contratos com terceirizados, bem como a incapacidade da Companhia em renovar ou negociar novos contratos poderá afetar o desempenho financeiro da Companhia, assim como a negligência ou ato ilícito praticado por um prestador terceirizado poderá expor a Companhia.

A Companhia firma contratos com terceirizados para a prestação de diversos serviços, tais como, execução de obras, conservação e manutenção, atendimento aos usuários, entre outros, que são fundamentais para o cumprimento das obrigações por ela assumidas no

4.1 Descrição dos fatores de risco

âmbito do Contrato de Concessão. A revogação ou cancelamento desses contratos, bem como a incapacidade da Companhia em renovar ou negociar novos contratos a valores dentro de um preço de mercado em linha com os anteriormente acordados, poderá afetar o desempenho financeiro da Companhia.

Além disso, a negligência ou ato ilícito praticado por um prestador terceirizado poderá expor a Companhia com relação a danos de segurança, meio ambiente, usuários das rodovias, colaboradores e a sociedade em geral, bem como resultar em descumprimento de requisitos regulatórios que possam comprometer a imagem da Companhia.

Podemos, ainda, responder solidária ou subsidiariamente por eventuais débitos trabalhistas e previdenciários relacionados aos terceiros alocados para seu atendimento. Além disso, não podemos garantir que os trabalhadores terceirizados não ingressarão com reclamações trabalhistas pleiteando o vínculo de trabalho conosco. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses poderá afetar a qualidade e continuidade dos nossos negócios e impactar adversamente os nossos resultados.

f. Seus clientes

(i) A Companhia está sujeita à ocorrência de acidentes de infraestrutura e/ou com ativos no âmbito de sua operação.

A Companhia possui ativos de Infraestrutura que demandam manutenção periódica e monitoramento constante. Eventuais falhas, tais como: rupturas de barreiras de contenção, falhas no sistema de drenagem, falhas operacionais, bem como, interferências externas - eventos climáticos e rompimento de barragens - podem gerar acidentes que afetem a Segurança de seus usuários e colaboradores ou danos a propriedade de terceiros. A ocorrência destes impactos pode gerar sanções administrativas e penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados.

(ii) A população pode reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas.

Antes da implantação dos programas de concessão de rodovias no Brasil, os pedágios eram cobrados em poucas estradas brasileiras. Desde então, a cobrança das tarifas tem aumentado e provavelmente continuará a levantar reações negativas dos usuários, especialmente, mas não se limitando, dos caminhoneiros, que podem organizar protestos e bloquear estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinados usuários de pagar pedágio. Com isso, a demanda de tráfego pode ser afetada pela mudança no cenário econômico, político ou, ainda, por outros modais de transporte. Ainda que os reajustes de tarifa sejam estabelecidos pelos contratos de concessão, esses protestos podem afetar as decisões do Poder Concedente no tocante às tarifas de pedágio da Companhia, bem como reduzir a receita ao dispersar o tráfego de vias pedagiadas. Esses fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

g. Setores da economia nos quais o emissor atue

(i) As atividades da Companhia estão concentradas na operação de rodovia localizada no Estado de São Paulo e quaisquer mudanças que afetem a política governamental de infraestrutura de rodovias no Brasil ou no Estado de São Paulo poderão ter efeitos significativos sobre a Companhia.

A Companhia foi constituída para a celebração e execução do Contrato de Concessão. A Concessão fica localizada no Estado de São Paulo e o Contrato de Concessão relacionado foi celebrado com o governo do Estado de São Paulo, cabendo à Agência Reguladora de

4.1 Descrição dos fatores de risco

Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP a fiscalização e a regulamentação das atividades concedidas.

Como consequência, qualquer medida tomada ou quaisquer regras mais rígidas implementadas por tal agência governamental poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e, conseqüentemente, o seu resultado operacional. A Companhia não pode assegurar o êxito das negociações com o Poder Concedente para compensar a variação de condições decorrentes de tais ações governamentais tampouco que eventuais compensações devidas a título de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão serão tempestivamente realizadas.

É possível que mudanças futuras nas leis, normas e acordos aplicáveis ou mudanças na execução ou interpretação regulatória resultem em alterações nas exigências legais ou nos termos de alvarás, permissões, licenças e contratos existentes aplicáveis à Companhia. Além disso, ao Poder Concedente é conferida ampla discricionariedade, com a qual podem determinar, inclusive, que as tarifas cobradas sejam reduzidas e/ou os investimentos que devem ser feitos sejam incrementados.

(ii) Os negócios, a condição econômico-financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se efetivem tempestivamente, impactando o fluxo de caixa.

Os reajustes periódicos, previstos no Contrato de Concessão para compensar os efeitos da inflação estão sujeitos à aprovação do Poder Concedente.

Os demais ajustes, ou seja, aqueles não decorrentes dos efeitos da inflação, são feitos sempre com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro dos respectivos contratos de concessão, conforme previsto na legislação aplicável e no Contrato de Concessão, sendo que sua aplicação está diretamente relacionada à interpretação da matriz de riscos contratual que especifica os casos que são ou não imputáveis à Companhia ao longo da execução contratual.

Tais ajustes podem resultar, segundo os termos da legislação e do Contrato de Concessão, na compensação por meio da prorrogação ou redução do prazo da Concessão, revisão do valor da tarifa quilométrica, alteração do plano original de investimentos ou do plano de investimentos vigente, revisão dos valores da outorga fixa ou variável, dação em pagamento de bens e/ou cessão de receitas patrimoniais, assunção de custos pelo Poder Concedente de custos atribuídos pelo Contrato de Concessão ao Concessionário, exploração de receitas acessórias para além do prazo de vigência do Contrato de Concessão e/ou alteração nos padrões de compartilhamento de receitas acessórias ou a combinação dos referidos mecanismos compensação para acomodar as alterações imprevistas supervenientes às assinaturas do Contrato de Concessão que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga da concessão.

(iii) A rescisão unilateral antecipada do Contrato de Concessão pelo Poder Concedente poderá impedir a realização do valor integral de determinados ativos e causar a perda de lucros futuros sem uma indenização adequada.

Em caso de declaração de caducidade ou falência da Companhia ou, ainda de encampação da concessão, conforme previsto abaixo, a concessão da Companhia está sujeita à rescisão unilateral antecipada, e, nesse caso, os ativos sujeitos às respectivas concessões serão revertidos ao Poder Concedente.

Se o Poder Concedente extinguir o Contrato de Concessão por caducidade ou falência da Companhia, hipóteses de extinção do contrato por irregularidades praticadas pela

4.1 Descrição dos fatores de risco

concessionária, a indenização não precisará ser prévia e/ou englobar os lucros cessantes, será limitada ao valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, podendo o valor ser reduzido a até zero, por meio de imposição de multas ou outras penalidades.

O Poder Concedente pode, ainda, rescindir unilateralmente o Contrato de Concessão por encampação da concessão, hipótese de rescisão que independe de qualquer conduta da Companhia e pautada unicamente em razões de interesse público. Nos termos contratuais, em caso de encampação, o Poder Concedente é contratualmente obrigado a indenizar a Companhia pelos investimentos não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados pela Companhia, por encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, e lucros cessantes. Ainda assim, embora a indenização deva ser prévia, o cálculo do montante da indenização devido pode ensejar discussões e demandar tempo até o pagamento ser efetivamente realizado.

(iv) A eventual extinção da concessão, em virtude de caducidade, pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Em caso de descumprimento do Contrato de Concessão ou da legislação aplicável, a Companhia está sujeita à decretação de caducidade da concessão da qual é parte, podendo esta ser extinta, após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência, por decretos do Poder Concedente. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Ademais, o parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará ao Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Ademais, não há garantia de que as obrigações assumidas pela Companhia serão consideradas oponíveis ao próximo concessionário. Não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão, os credores receberão o pagamento dos direitos emergentes da concessão.

Sendo assim, a eventual extinção da concessão, em virtude de caducidade, pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

(v) O aumento da concorrência poderia reduzir as receitas da Companhia.

Atualmente, as principais concorrentes da Companhia são as rodovias sob administração direta do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais que não cobram pedágio e, dessa maneira, desviam o tráfego das rodovias que são operadas pela Companhia. Conforme o programa de concessão de estradas avança, a Companhia está sujeita ao aumento de competição. O aumento na concorrência ou a melhoria patrocinada pelo Governo Federal e por governos estaduais e municipais de outras rodovias existentes poderia reduzir o tráfego nas rodovias que são operadas pela Companhia e, portanto, impactar adversamente suas receitas.

Além disso, com os investimentos para melhoria do sistema de transporte público, a Companhia está sujeita ao crescimento da competição de outras formas de transporte público, como, por exemplo, ônibus e trens. O aumento da competitividade e a melhoria do sistema de transporte público e das estradas por meio de subsídio dos governos podem reduzir o tráfego nas vias pedagiadas administradas pela Companhia, reduzindo as suas

4.1 Descrição dos fatores de risco

receitas e, conseqüentemente, impactando adversamente os resultados financeiros e operacionais da Companhia.

(vi) O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à concessão da Companhia. Assim, a Companhia está sujeita a aumentos não previstos nos seus custos ou decréscimos não previstos nas suas receitas.

A Companhia obtém quase a totalidade de sua receita da cobrança de tarifa de pedágio, de acordo com os termos do Contrato de Concessão, o qual consiste em um contrato administrativo regido pelas leis brasileiras.

Essas leis e regulamentos fornecem ao Poder Concedente discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à concessão e as tarifas que a Companhia pode cobrar, limitada apenas à garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado.

Se os custos da Companhia aumentarem ou suas receitas diminuïrem significativamente ou tenha que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista na legislação ou nos contratos de concessão, ou ainda como resultado de medidas unilaterais do Poder Concedente, e caso as medidas unilaterais ou as alterações legislativas não sejam reconhecidas como riscos alocados ao Poder Concedente para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

Para mitigar esses riscos, a EIXO SP busca manter um diálogo contínuo com as autoridades e monitora o ambiente regulatório para antecipar mudanças. A Companhia também atua para garantir que seus direitos contratuais sejam respeitados, preservando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(vii) Bens reversíveis ao Poder Concedente ao final da concessão.

Parte significativa dos bens da EIXO SP está vinculada à concessão objeto do Contrato de Concessão. Esses bens não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência ou penhora para garantir a execução de decisões judiciais, uma vez que devem ser revertidos ao Poder Concedente ao final da respectiva concessão, nos termos da legislação em vigor. Essas limitações podem reduzir significativamente os valores disponíveis à EIXO SP em caso de liquidação, além de ter um efeito negativo na capacidade da EIXO SP de oferecer garantias para a obtenção de financiamentos.

h. Regulação dos setores em que o emissor atue

(i) A Companhia atua em um ambiente altamente regulamentado e os seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente por ações governamentais.

As principais atividades comerciais da Companhia (operação, manutenção e melhoria de rodovias) são classificadas como um serviço público e, portanto, estão sujeitas a diversas regulamentações. A estratégia de condução das atividades pela Companhia pode ser afetada de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais se pode citar:

- discricionariedade do Poder Concedente no processo de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão;
- atraso na implementação de reajustes anuais de tarifas;
- descontinuidade e/ou mudanças nos programas de concessão estadual; e

4.1 Descrição dos fatores de risco

- alteração na legislação aplicável aos negócios da Companhia;

A Companhia não pode prever as ações que serão tomadas pelo Governo no futuro e em que medida tais ações poderão afetar os seus resultados operacionais. Caso a Companhia seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diferente daquela estabelecida em seu plano de negócio, os seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

(ii) A regulamentação governamental afeta as operações da Companhia e pode aumentar o custo do negócio, restringir suas operações e resultar em atrasos operacionais.

A Companhia está sujeita às leis e normas que regem a relação de trabalho, saúde e a segurança do trabalhador, saúde ocupacional, contratação, descarte de resíduos, proteção ao meio ambiente, transporte de substâncias perigosas, importações, exportações, impostos e outras questões.

É possível que mudanças futuras nas leis, normas e acordos aplicáveis ou mudanças na execução ou interpretação regulatória resultem em alterações nas exigências legais ou nos termos de alvarás, permissões, licenças e contratos existentes aplicáveis à Companhia e que estas alterações sejam consideradas como meramente procedimentais e que sejam negados o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o que poderá ter impacto negativo significativo sobre os negócios, os resultados operacionais ou a situação financeira da Companhia.

Quando exigida, a obtenção de alvarás e licenças necessárias para continuidade das operações pode significar um processo complexo e demorado, não sendo possível assegurar que qualquer alvará, permissão, licença ou autorização necessário será obtido e, quando obtido, se mediante condições aceitáveis ou em momento oportuno. Os custos e atrasos associados à obtenção dos alvarás e licenças necessários podem interromper ou atrasar significativamente ou até restringir algumas das operações da Companhia.

O descumprimento das leis, normas, alvarás ou licenças aplicáveis poderá resultar na interrupção ou término de determinadas operações, ou em multas, penalidades ou outras obrigações significativas que poderiam ter um efeito significativo adverso sobre os negócios, os resultados operacionais ou a situação financeira da Companhia.

(iii) Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das operações da Companhia

Mudanças na legislação tributária brasileira podem aumentar a carga tributária da Companhia e dos usuários de serviços prestados pela Companhia. Essas alterações incluem ajustes na alíquota aplicável e imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados para certos fins determinados pelo Governo Federal.

Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e/ou previstos. Essas medidas podem aumentar as obrigações fiscais totais da Companhia e, na hipótese de não serem os custos adicionais repassados às tarifas cobradas pela Companhia, os resultados operacionais da Companhia e sua condição econômico-financeira podem ser adversamente afetados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

i. Países estrangeiros onde o emissor atue

(i) Possíveis impactos negativos do cenário político e macroeconômico mundial na Companhia

Embora a Companhia atue somente no território nacional, o valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. O comportamento dos investidores frente aos acontecimentos e a eventuais crises em países emergentes pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras.

Ademais, crises nas políticas econômicas dos Estados Unidos e de países da União Europeia poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras. Essa situação pode dificultar a captação de recursos pela Companhia por meio do mercado de capitais e a outras formas de financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis ou absolutos, afetando adversamente os negócios da Companhia.

j. Questões sociais

(i) Riscos relacionados a movimentos sociais, greves e paralisações

A Companhia está sujeita a interrupções causadas por protestos e bloqueios promovidos por movimentos sociais, que podem resultar em redução do tráfego nas concessões rodoviárias, impactando negativamente a receita e exigindo a ativação de planos de contingência com custos adicionais.

Um exemplo recente ocorreu em março de 2025, quando o povo indígena Munduruku bloqueou a BR-163 por vários dias em protesto contra a Lei nº 14.701, restringindo o fluxo no principal corredor logístico da região e expondo a operação a riscos à segurança de usuários, colaboradores e comunidades vizinhas. É possível que ativos da Companhia sejam alvo de ocupações ou obstruções semelhantes, com reflexos adversos sobre resultados operacionais, reputação e geração de caixa.

(ii) Risco de segurança, violência e atos ilícitos

As atividades da Companhia também estão expostas a riscos de segurança, incluindo assaltos, sequestros, roubo de equipamentos, vandalismo ou mesmo ameaças de natureza criminosa ou terrorista em suas rodovias e instalações.

A ocorrência de tais eventos pode comprometer a integridade de usuários, colaboradores e comunidades vizinhas, além de causar danos à infraestrutura das concessões. Situações dessa natureza podem acarretar custos adicionais, afetar adversamente a continuidade das operações e prejudicar a imagem e a reputação da Companhia, com reflexos negativos em seus resultados.

k. questões ambientais

(i) A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

As operações da Companhia estão sujeitas à extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é

4.1 Descrição dos fatores de risco

fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância destas normas.

A aprovação de leis e regulamentos ambientais mais rigorosos pode forçar a Companhia a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, incrementar o valor dos investimentos já planejados. Essas alterações podem ter efeito adverso relevante sobre a condição financeira e resultados operacionais da Companhia. Tais sanções podem incluir a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia.

Atrasos ou indeferimentos por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia.

Além disso, a inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para as atividades da Companhia, pode implicar a imposição de sanções penais e administrativas, sem prejuízo da obrigação, na esfera civil, de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, perda ou restrição de incentivos fiscais, o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, o que pode ter impacto negativo nas receitas da Companhia ou, ainda, inviabilizar suas captações de recursos junto ao mercado financeiro.

I. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

(i) Mudanças climáticas podem ocasionar danos às rodovias administradas pela Companhia, resultando em custos adicionais e redução das suas receitas.

A ocorrência de mudanças relevantes no clima, incluindo inundações e erosões causadas pelo aumento das chuvas, pode demandar novos investimentos além dos já planejados pela Companhia. Exemplificativamente, caso haja um aumento significativo nos índices pluviométricos das regiões em que a Companhia atua, há riscos de deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras, provocando a interdição da pista. A ocorrência de tais fatos resultaria em investimentos adicionais aos planejados, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

Adicionalmente, condições climáticas adversas interferem no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento nos cronogramas dos projetos e de investimentos da Companhia, reduzindo, conseqüentemente, as suas receitas. Caso a Companhia não seja capaz de se adaptar de forma satisfatória a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade das rodovias e dos serviços em virtude das condições naturais diferentes das existentes quando do início das respectivas concessões, o resultado operacional e condição financeira da Companhia podem ser adversamente afetados.

(ii) Algumas rodovias administradas pela Companhia estão localizadas em regiões sujeitas a riscos de acidentes geológicos

Algumas das áreas onde estão localizadas as rodovias administradas pela Companhia estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores, o que pode causar deslizamentos, desmoronamentos e a interdição da pista. A ocorrência de tais fatos resultaria em aumento

4.1 Descrição dos fatores de risco

de custos da Companhia e diminuição de suas receitas, o que pode afetar adversamente os seus resultados operacionais.

m. Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

(i) Influência governamental e instabilidade de políticas econômicas

O Governo Federal possui histórico de exercer forte influência sobre a economia brasileira por meio da implementação de políticas fiscais, monetárias, cambiais e regulatórias. Alterações nessas políticas, incluindo mudanças em taxas de juros, regimes tributários, controle de preços, regras de crédito, restrições às importações e movimentações de capital, podem afetar adversamente a Companhia.

A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro, e não pode prevê-las. Os seus negócios, sua situação financeira e os seus resultados operacionais, bem como o preço de mercado das ações de sua emissão poderão ser adversamente afetados por modificações nas políticas.

(ii) A instabilidade política no Brasil pode afetar adversamente os negócios e resultados da Companhia, além do preço de suas ações.

O ambiente político do Brasil historicamente influenciou, e continua a influenciar, o desempenho da economia do país. Crises políticas constantemente afetaram a confiança dos investidores e do público em geral frente a economia brasileira, o que desestabiliza e resulta na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. A instabilidade política brasileira, a capacidade do atual governo de implementar políticas e reformas, bem como a percepção externa em relação à economia e ao ambiente político brasileiro, trazem incertezas que podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros, podendo ter um impacto negativo nos negócios da Companhia e no preço de seus valores mobiliários.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4. Fatores de Risco

4.2 Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

<i>Risco</i>	<i>Risco Específico</i>	<i>Impacto Potencial</i>	<i>Área de Mitigação</i>
Contratuais	Alteração unilateral das condições contratuais pelo poder concedente.	Desequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato e incerteza regulatória.	Jurídica e Regulamentação
Operacionais	Ineficiência na Gestão de contratos e fornecedores.	Atrasos e Aumento de Custos nos projetos, falha na qualidade da entrega.	Processos e Tecnologia (Implementação de um sistema de GRC)
Climáticos	Ocorrência de mudanças relevantes no clima (inundações, erosões).	Danos à Infraestrutura, interrupção operacional e aumento dos custos de manutenção.	Engenharia e Planejamento (Resiliência da Infraestrutura)
Financeiros	Falha na entrega das intervenções e melhorias dentro do prazo do cronograma físico-financeiro.	Perda de Receita (por não atingir marcos) e Desperdício de Capital (por multas ou juros).	Gestão de Projetos e Controle de Orçamento
Tributários	Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais ou diferentes interpretações da lei.	Aumento inesperado da Carga Tributária e riscos de autuações fiscais.	Auditoria e Consultoria Fiscal

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4. Fatores de Risco

4.3 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia está sujeita a riscos de mercado inerentes às suas atividades, decorrentes da volatilidade de indicadores econômicos como inflação, taxas de juros e câmbio. Tais variações podem impactar, direta ou indiretamente, os resultados operacionais e financeiros, bem como a capacidade de captação de recursos para o financiamento de suas operações. Apresentamos, a seguir, os principais fatores de risco monitorados, ressaltando que esta listagem possui caráter exemplificativo e não exaure todas as hipóteses que possam afetar o desempenho da Companhia.

(i) Riscos de taxa de juros e inflação.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

Futuras intervenções do Governo Federal, como redução das taxas de juros, interferência no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear o aumento da inflação e levar a políticas anti-inflacionárias que poderão afetar adversamente os negócios da Companhia.

Risco relacionado aos reajustes nas tarifas previstas nos contratos de concessão: O contrato de concessão da Companhia prevê reajustes periódicos nas tarifas cobradas. Esses reajustes estão atrelados às variações acumuladas de índices de inflação. Logo, na ocorrência de oscilações para baixo, a Companhia poderá sofrer redução nas tarifas cobradas e, consequentemente, na receita operacional auferida.

Risco de aumento nos preços de produtos, insumos e serviços: Oscilações para cima nos índices de inflação poderão incorrer em maiores custos e despesas com materiais e serviços necessários para a continuidade e manutenção das operações e negócios.

Risco relacionado à rentabilidade das aplicações financeiras: A maior parte das aplicações financeiras da Companhia é remunerada pela variação do CDI. Logo, uma redução nesta taxa poderá reduzir as receitas financeiras da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:

Referência para ativos e passivos financeiros Risco redução	Cenário Provável	
	31.12.2025	31.12.2024
DI Ativo (% a.a.) ¹	14,33%	12,15%
DI Passivo (% a.a.) ¹	14,33%	12,15%
IPCA Ativo (% a.a.) ²	4,32%	4,83%
IPCA Passivo (% a.a.) ²	4,32%	4,83%

Instrumentos	Exposição em 31.12.2025			Cenário Provável
	31/12/2025	Risco	%	Valor
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	423.034	CDI	14,33%	60.621
Aplicações financeiras vinculadas	66.609	CDI	14,33%	9.545
Total	489.643			70.166
Passivos Financeiros				
Debêntures BNDES	437.189	IPCA	4,32%	18.887
BNDES FINEM	1.528.905	IPCA	4,32%	66.049
Total	1.966.094			84.936
Impacto no resultado e patrimônio líquido				(14.770)

Instrumentos	Exposição em 31.12.2024			Cenário Provável
	31/12/2024	Risco	%	Valor
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	413.015	CDI	12,15%	50.181
Aplicações financeiras vinculadas	46.132	CDI	12,15%	5.605
Total	459.147			55.786
Passivos Financeiros				
Debêntures BNDES	430.640	IPCA	4,83%	20.800
BNDES FINEM	1.110.384	IPCA	4,83%	53.632
Total	1.541.024			74.432
Impacto no resultado e patrimônio líquido				(18.646)

¹Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2025. Fonte de informação - "site" da Debit: <https://www.debit.com.br/tabelas/cdi>, acessado em 29 de janeiro de 2026.

²Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2025. Fonte de informação - "site" do BACEN: www.bcb.gov.br - FOCUS - Relatório de Mercado de 26 de dezembro de 2025.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

(ii) Risco de crédito.

Decorre da possibilidade da Companhia, e suas controladoras em conjunto sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

O risco de crédito da Companhia existe dada a possibilidade de ela ou suas controladoras sofrer perdas decorrentes de contrapartes, tais como bancos onde são aplicados os recursos a receber, seguradoras com indenizações a serem pagas e clientes com os quais a Companhia possui contratos de receita acessória.

A Companhia realiza avaliação da situação econômico-financeira das instituições financeiras que possui relacionamento. Além disso, a Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia investe em certificados de depósitos bancários (CDBs) de bancos de primeira linha e fundos de investimento de baixo risco, com liquidez diária. A Companhia procura manter contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito, de modo que seja reduzida a exposição ao risco de concentração de crédito.

(iii) Risco de liquidez.

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (Média Ponderada) Efetiva a.a.	Valor Contábil 31.12.2025	Fluxo de Caixa Contratual Total	2026	2027	2028	2029 Em Diante
1ª Emissão de debêntures conversíveis em ações	9,77%	538.199	3.798.865	-	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures não conversíveis em ações	9,77%	230.693	1.628.333	-	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures não conversíveis em ações	IPCA+5,05%	437.189	725.115	35.483	36.553	38.438	614.641
Financiamento BNDES	IPCA+5,21%	1.528.905	2.994.082	124.840	127.901	131.023	2.610.318
		2.734.986	9.146.395	160.323	164.454	169.461	8.652.157

A abordagem de gestão de risco da Companhia visa assegurar, na máxima extensão possível, que haverá liquidez suficiente para honrar as obrigações nos seus respectivos vencimentos, tanto em condições operacionais normais quanto em cenários de estresse, prevenindo perdas ou o risco de dano à reputação da Companhia ou de suas controladoras.

A Companhia mitiga o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, isso é realizado através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa projetados e realizados, e pela correta combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Os indicadores de liquidez da companhia apresentam índices positivos que corroboram com a estratégia aplicada.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

(iv) Riscos relacionados à legislação tributária

Mudanças na legislação tributária brasileira podem aumentar a carga tributária da Companhia e dos usuários de serviços prestados pela Companhia. Essas alterações incluem ajustes na alíquota aplicável e imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados para certos fins determinados pelo Governo Federal.

Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e/ou previstos. Essas medidas podem aumentar as obrigações fiscais totais da Companhia e, na hipótese de não serem os custos adicionais repassados às tarifas cobradas pela Companhia, os resultados operacionais da Companhia e sua condição econômico-financeira podem ser adversamente afetados.

(v) Riscos relacionados aos mercados estrangeiros

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. O comportamento dos investidores frente aos acontecimentos e a eventuais crises em países emergentes pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras.

Ademais, crises nas políticas econômicas dos Estados Unidos e de países da União Europeia poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras. Essa situação pode dificultar a captação de recursos pela Companhia por meio do mercado de capitais e a outras formas de financiamento de suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos, afetando adversamente os negócios da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4. Fatores de risco

4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Nº PROCESSO	1021524-95.2015.8.26.0071
NATUREZA:	Cível
A. JUÍZO	1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Bauru/SP
B. INSTÂNCIA	1ª
C. DATA DE INSTAURAÇÃO	21/10/2015
D. PARTES DO PROCESSO ¹	Ong Naturae Vitae x Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A; Centrovias Sistemas Rodoviários S.A; Agência de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP; Departamento de Estradas de Rodagem.
E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	À causa foi atribuído o valor de R\$ 1.000,00. Foram formulados os pedidos consistentes em (a) Liminarmente, intimar a Concessionária Centrovias para que apresente planilha de arrecadação obtida com pedágio na SP-225 de Itirapina a Jaú e de Jaú a Bauru, referente aos anos de 2012, 2013 e 2014; (b) Liminarmente, intimar a Concessionária Centrovias para que inicie estudo ambiental pormenorizados visando a constatação de locais estratégicos e a construção de passagens de fauna; (c) implantar (01) uma viatura de socorro e resgate de animais acidentados contando com socorristas habilitados e chefiados por médico veterinário responsável; (d) Instalar placas indicativas sinalizando a presença de animais silvestres nos locais de maior incidência de atropelamentos na conformidade com o CBT; (e) instalar placas indicativas com telefone de emergência para chamada (gratuita) da equipe de resgate de animais acidentados a cada 50 km; (f) Cominação de “astreintes” através de multa diária em caso de desobediência; (g) Responsabilização criminal da CONCESSIONARIA bem como do ESTADO por cada animal morto na SP 225 até que as medidas sejam efetivamente implantadas; (h) Que se determine a Participação dos Biólogos, Engenheiros e Advogados da ONG NATURAE VITAE na qualidade de acompanhantes fiscalizadores diretamente interessados nos projetos a serem implantados; (i) Que os projetos de intervenções e construções das ecovias, passagens subterrâneas e passagens aéreas sejam trazidos ao processo para conhecimento e publicidade dos atos e medidas adotadas com suas respectivas especificações técnicas, nome do responsável técnico, número do CREA bem como as respectivas ART; (j) Condenação dos REQUERIDOS ao pagamento das despesas decorrentes, CUSTAS JUDICIAIS E VERBA HONORARIA ADVOCATÍCIA.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO	Trata-se de Ação Civil Pública, com pedido liminar, movida pela Naturae Vitae - Sociedade de Proteção Animal e Ambiental em face dos danos ambientais decorrentes de desequilíbrio ecológico provocado por atropelamentos de espécies da fauna brasileira que vivem na área da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP-225), administrada pelas Rés, na qual supostamente inexistem meios eficazes para impedir ou minimizar os referidos atropelamentos.
G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	Em 04/08/2025 foi proferida Sentença a qual julgou o pedido proposto pela Naturae Vitae parcialmente procedente para condenar as rés solidariamente, na obrigação de fazer consistente em promover estudos, nos termos do laudo pericial, para a definição dos locais de maior incidência de atropelamentos e quais a medidas mais eficazes de mitigação, como, por exemplo, a ampliação da sinalização de trânsito de advertência e a implementação de mais passagens de fauna. Em 12/11/2025 foi protocolada apelação pela Concessionária e em 09/12/2025 foi protocolada apelação pela Fazenda Pública do Estado. Em 20/05/2026 foi protocolado parecer pela Procuradoria da Justiça opinando pela manutenção da sentença.
H. ESTÁGIO DO PROCESSO	Recursal - Apelação
I. POSSIBILIDADE DE PERDA	Possível
J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE	Processo é considerado relevante por se tratar de Ação Civil Pública que envolve atropelamento de animais e pode gerar uma obrigação para a concessionária passível de reequilíbrio perante a Agência Reguladora.
K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	A Concessionária está bem amparada no contrato de concessão para absorver, e de se recompor perante o Poder Concedente, na hipótese de eventual impacto de uma decisão de procedência de qualquer dos pedidos formulados nesta ação.

¹ Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº PROCESSO	1056154-95.2019.8.26.0053
NATUREZA:	Cível
A. JUÍZO	12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo/SP
B. INSTÂNCIA	Primeira
C. DATA DE INSTAURAÇÃO	17/10/2019
D. PARTES DO PROCESSO¹	Elias Fortunato x Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; Fazenda Pública do Estado de São Paulo
E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	À causa foi atribuído o valor de R\$ 10.500,00. Foram formulados os pedidos consistentes em (a) Liminarmente, em medida Cautelar, determinar a suspensão do edital de licitação referente à concessão de 1237 kms de rodovias estaduais; (b) Requer seja julgada procedente a ação para determinar definitivamente a nulidade da Licitação referente ao Edital em destaque e consequentemente todos os atos advindos da mesma, e demais licitações de concessão de rodovias que se encontram vencidos ou na iminência de vencimento, evitando grave lesão ao Patrimônio Público; (c) Requer, como pedido alternativo, que seja a administração pública Estadual juntamente com as concessionárias rodoviárias estaduais compelidas a apresentar mensalmente, trimestralmente ou semestralmente balancetes de seus lucros líquidos provenientes da exploração de rodovias públicas estaduais concessionadas, bem como reverter proporcionalmente à quilometragem da rodovia e limite de cada município.
F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO	Trata-se de Ação Popular ajuizada por Elias Fortunato visando a nulidade do Edital de Licitação referente à concessão do Lote Piracicaba Panorama, sob alegação de que o procedimento da licitação foi irregular e fraudulento, não contando com a participação do cidadão. Em 20/07/2025 foi juntada manifestação do réu Walter Nyakas, de que o diretor da ARTESP à época era o Sr. Giovanni Pengue Filho, motivo pelo qual reitera o pedido para que seja considerada sua ilegitimidade passiva. O autor peticionou se manifestando contrário ao pedido. Em 08/05/2026 foi juntada manifestação pela PGE requerendo o indeferimento das provas apontadas pelo autor.
G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	Processo está aguardando saneamento e sentença.
H. ESTÁGIO DO PROCESSO	Conhecimento
I. POSSIBILIDADE DE PERDA	Remota
J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE	Processo é considerado relevante por se tratar de Ação Popular que envolve o edital de licitação.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO

A Concessionária está bem amparada no contrato de concessão para absorver, e de se recompor perante o Poder Concedente, na hipótese de eventual impacto de uma decisão de procedência de qualquer dos pedidos formulados nesta ação.

¹ Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes.

Nº PROCESSO

1002837-58.2021.8.26.0201

NATUREZA:

Cível

A. JUÍZO

3ª Vara Cível de Garça/SP

B. INSTÂNCIA

Primeira

C. DATA DE INSTAURAÇÃO

21/09/2021

D. PARTES DO PROCESSO¹

Marcos Juliano Ferreira x Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS

À causa foi atribuído o valor de R\$ 1.000,00. Foram formulados os pedidos consistentes em (a) Liminarmente, seja determinada a remoção do bloqueio realizado pela Concessionária liberando o tráfego na região até a decisão final da demanda; (b) Seja confirmada a liminar e julgado procedente o pedido, para condenar a Eixo SP a realizar o desbloqueio da estrada rural por ela interditada; (c) A intervenção do representante do Ministério Público, para acompanhar a demanda no que lhe couber; (d) A intimação da Prefeitura Municipal de Garça/SP para, querendo, se manifestar sobre o pedido.

F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO

Trata-se de Ação Popular, ajuizada por Marcos Juliano Ferreira, sob alegação de que a EIXO-SP bloqueou acesso a uma estrada municipal próxima ao distrito de Jafa, a qual é utilizada por moradores da zona rural, motivo pelo qual requer o seu desbloqueio. Em 16/12/2021 foi protocolada contestação pela EIXO. Em 31/10/2025 foi protocolada contestação pela RUMO MALHA PAULISTA. Em 26/03/2026 foi protocolada manifestação do Ministério Público opinando pela extinção dos autos sem resolução do mérito.

G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS

Processo está aguardando saneamento e sentença.

H. ESTÁGIO DO PROCESSO

Conhecimento

I. POSSIBILIDADE DE PERDA

Remota

J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE

Processo é considerado relevante por se tratar de Ação Popular que envolve pedido para desbloqueio de estrada rural que é utilizada como rota de fuga.

K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO

A Concessionária está bem amparada no contrato de concessão para absorver, e de se recompor perante o Poder Concedente, na hipótese de eventual impacto de uma decisão de procedência de qualquer dos pedidos formulados nesta ação.

¹ Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº PROCESSO	1066687-11.2022.8.26.0053
NATUREZA:	Cível
A. JUÍZO	15ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo
B. INSTÂNCIA	Primeira
C. DATA DE INSTAURAÇÃO	16/11/2022
D. PARTES DO PROCESSO¹	Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A x ARTESP
E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Atribuído a causa o valor de R\$ 10.000,00. Foram formulados os pedidos consistentes em (a) Liminarmente, seja determinada a transferência dos valores conta reserva de outorga 2 no limite do desequilíbrio já constatado no primeiro ano de concessão - em que os dados de tráfego já foram levantados, apurados e apresentados à ARTESP - por meio do método de cálculo baseado no confronto do tráfego real e o tráfego projetado no EVTE, que, no primeiro ano de operação da EIXO-SP, aponta perda de receita no montante de R\$27.971.959,42; (b) Sucessivamente, caso os recursos disponíveis na conta reserva de outorga não se mostrem suficientes para recomposição do desequilíbrio apurado, requer que seja deferida a transferência dos recursos contidos na conta reserva de outorga 1 até o valor restante do desequilíbrio constatado; (c) requer que seja DADO PROVIMENTO A AÇÃO para que se promova o reequilíbrio econômico-financeiro constatado no período entre o início da operação da Concessionária no trecho rodoviário concedido até o início do cumprimento da decisão final desse processo, com base em cálculo que tomará como parâmetro a demanda projetada pelo EVTE e a demanda real apurada de acordo com os dados de tráfego levantados pela Concessionária; (d) Sucessivamente, que seja determinado à ARTESP e ao Estado de São Paulo que promovam os eventuais desequilíbrios referentes aos demais períodos apurados e apresentados pela Autora, em prazo máximo de 2 (dois) meses contados da apresentação do pleito pela Concessionária.
F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO	Trata-se de Ação Ordinária com Pedido de Tutela de Urgência em face da ARTESP, buscando o reequilíbrio econômico-financeiro contratual devido a impacto da queda do tráfego gerado pela pandemia. Em 16/02/2023 foi apresentada contestação pela ARTESP. Em 18/12/2025 deferida a suspensão do processo por 6 meses
G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	Em 08/03/2023 foi dado provimento ao recurso da ARTESP, indeferindo a tutela de urgência inicialmente deferida, que havia determinado que a ARTESP transferisse o valor para a conta da Concessionária.
H. ESTÁGIO DO PROCESSO	Conhecimento
I. POSSIBILIDADE DE PERDA	Remota
J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE	Processo é considerado relevante por se tratar de Pedido de Reequilíbrio em face da ARTESP

4.4 Processos não sigilosos relevantes

K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO

A Concessionária está bem amparada no Contrato de Concessão para absorver, e de se recompor perante o Poder Concedente, na hipótese de eventual impacto de uma decisão de procedência de qualquer dos pedidos formulados nesta ação.

¹ Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes.

Nº PROCESSO

1010416-03.2021.8.26.0510

NATUREZA:

Cível

A. JUÍZO

Vara da Fazenda Pública de Rio Claro

B. INSTÂNCIA

Cumprimento de sentença

C. DATA DE INSTAURAÇÃO

28/10/2021

D. PARTES DO PROCESSO¹

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A x Daniele Toshie Caldas Kodama, Danilo Caldas Kodama, Makoto Kodama, Tadako Haguiwara Kodama, Renata Caldas Kodama

E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS

À causa foi atribuído o valor de R\$ 600.906,68. Foram formulados os pedidos consistentes em (a) Arcar a ré com os custos do plano de saúde dos autores; (b) pagamento de pensão alimentícia aos autores; (c) pagamento de dano moral em favor dos Autores, Sr. Makoto, Sra. Tadako, Danilo e Daniele, em quantia não inferior a 100 (cem) salários-mínimos PARA CADA UM.

F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO

Trata-se de Ação Indenizatória ajuizada pelos familiares do Sr. Ricardo Makoto Kodama, que veio a óbito em acidente de trânsito na SP 310 km 177+400, após atropelar animal equino na pista. Em 12/02/2025 foi paga a condenação no processo referente aos danos morais, no valor de R\$ 366.338,87. Em 19/09/2025 recebemos o reembolso da seguradora referente aos valores pagos até então (pensão mensal, plano de saúde, e condenação por danos morais). O valor reembolsado foi de R\$ 780.657,86. Em 27/10/2025 recebemos novo reembolso no valor de R\$ 111.419,25.

G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS

Em 09/05/2023 foi proferida sentença condenando a EIXO-SP ao pagamento do plano de saúde dos requerentes Makoto, Tadako e Renata, bem como ao pagamento de pensão alimentícia à reclamante Renata e Danos Morais aos autores. Em 18/04/2024 foi proferido acórdão dando parcial provimento ao recurso de apelação da EIXO para reduzir a condenação para R\$ 60.000,00 por requerente.

H. ESTÁGIO DO PROCESSO

Cumprimento de sentença

I. POSSIBILIDADE DE PERDA

Provável

J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE

O processo é considerado relevante por tratar-se de acidente ocasionado pela presença de animal equino na pista, o qual resultou no óbito do usuário. Em razão dos fatos, houve a condenação da EIXO-SP ao pagamento de indenização por danos morais, pensão mensal aos dependentes, bem como ao custeio do plano de saúde da família.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	O processo é assegurado e a Concessionária permanece arcando com os pagamentos de pensão mensal e plano de saúde da família. Os valores pagos pela Concessionária serão devidamente reembolsados pela seguradora. Atualmente, estão sendo feitas tentativas de acordo para reduzir o valor final a ser pago.
--	--

¹ Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes.

Nº PROCESSO	0010563-59.2025.5.15.0026
NATUREZA:	Trabalhista
A. JUÍZO	Vara do Trabalho de Presidente Prudente
B. INSTÂNCIA	Primeira
C. DATA DE INSTAURAÇÃO	06/12/2023
D. PARTES DO PROCESSO ¹	Ministério Público do Trabalho x Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.
E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Atribuído a causa o valor de R\$ 200.000,00. Foram formulados os pedidos consistentes em condenar a ré a (a) instalar em seus caminhões sistemas de aviso, visando alertar para que o motorista apenas movimente o veículo após todos os trabalhadores saírem do raio de ação do caminhão, sob pena de multa não inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada constatação; (b) instalar em seus caminhões sistemas de parada de emergência(start stop), visando evitar que haja movimentação do veículo enquanto os trabalhadores não estiverem em distância segura, sob pena de multa não inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada constatação da irregularidade, cumulada com multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), até a demonstração do efetivo cumprimento; (c) FORNECER treinamento e orientação aos seus trabalhadores(princípio da precaução), visando evitar que haja movimentação do veículo enquanto os trabalhadores não estiverem em distância segura, sob pena de multa não inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada constatação da irregularidade, cumulada com multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por trabalhador prejudicado; (d) EMITIR Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), nas hipótese se prazos previstos nos artigos 19 a 23 da Lei nº 8.213/199, sob pena de multa não inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada constatação da irregularidade, cumulada com multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por trabalhador prejudicado; (e) IDENTIFICAR os perigos e/ou possíveis lesões ou agravos à saúde, conforme o previsto na NR 01, além de ABORDAR os perigos externos previsíveis relacionados ao trabalho que possam afetar a saúde e segurança no trabalho, sob pena de multa não inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada constatação da irregularidade, cumulada com multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), incidente até a demonstração do efetivo cumprimento; (f) CONSIDERAR, na gradação da probabilidade de ocorrência das lesões ou agravos à saúde para determinação do nível de risco ocupacional, os requisitos

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	estabelecidos em Normas Regulamentadoras e/ou as medidas de prevenção implementadas e/ou as exigências da atividade de trabalho e/ou a comparação do perfil de exposição ocupacional com valores de referência estabelecidos na NR-09, sob pena de multa não inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada constatação da irregularidade, cumulada com multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), incidente até a demonstração do efetivo cumprimento; (g) ELABORAR plano de ação, com indicação das medidas de prevenção a serem introduzidas, aprimoradas ou mantidas, e com definição de cronograma, formas de acompanhamento e aferição de resultados, sob pena de multa não inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada constatação da irregularidade, cumulada com multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), incidente até a demonstração do efetivo cumprimento; (h) CONDENAÇÃO da requerida, em definitivo, nas obrigações constantes nos itens 1 a 7; e (i) CONDENAÇÃO da ré na obrigação de PAGAR indenização, a título de danos morais coletivos, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), quantia a ser revertida para projetos e/ou instituições/órgãos públicos localizados no Município de Indiana/SP e região, de preferência. Caso o Juízo entenda que não seja possível tal destinação, requer-se a reversão da quantia ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador;
F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada em face da EIXO, devido a acidente de trabalho ocorrido no dia 29/11/2023 que culminou no óbito de colaborador próprio da Concessionária em Martinópolis. Em 23/09/2025, comprovada a instalação da nova tecnologia no último caminhão da Concessionária e, conseqüentemente, o cumprimento da tutela de urgência deferida.
G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	Aguardando audiência de instrução Redesignada para o dia 16/12/2026, às 14:00
H. ESTÁGIO DO PROCESSO	Conhecimento
I. POSSIBILIDADE DE PERDA	Possível
J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE	O processo é considerado relevante por tratar-se de acidente de trabalho que culminou no óbito de colaborador próprio. Em decorrência do acidente, foram ajuizadas reclamações trabalhistas, Ação Civil Pública e Autos de infração pelo Ministério Público do Trabalho.
K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	A Concessionária mantém os valores devidamente provisionados, realizou o pagamento administrativo das penalidades aplicadas nos autos de infração e adotou as providências necessárias para a instalação da nova tecnologia nos caminhões, em conformidade com a decisão proferida em sede de tutela de urgência na Ação Civil Pública. No que se refere aos processos trabalhistas, a Concessionária segue apresentando e conduzindo regularmente sua defesa.

¹ Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº PROCESSO	1001164-18.2025.8.26.0095
NATUREZA:	Cível
A. JUÍZO	1ª Vara Cível de Brotas
B. INSTÂNCIA	Conhecimento
C. DATA DE INSTAURAÇÃO	09/09/2025
D. PARTES DO PROCESSO ¹	Ministério Público do Estado de São Paulo x Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A x Município de Torrinha
E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Foram formulados os pedidos consistentes na (a) Concessão da tutela de urgência. para determinar que os requeridos, de forma solidária, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentem um plano de ação para a regularização dos acessos irregulares da Rodovia SP-197 ao Município de Torrinha (inclusive o acesso ao Bairro Santa Felicidade), incluindo a elaboração de projetos e estudos de tráfego, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00, para cada requerido; (b) Procedência total da ação para que, ao final, seja confirmada a tutela de urgência e os requeridos sejam condenados a realizar, de forma solidária, todas as obras necessárias para a adequação e a segurança dos acessos da Rodovia SP-197 ao Município de Torrinha (inclusive o acesso ao Bairro Santa Felicidade), de acordo com o projeto técnico aprovado;
F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público, para determinar a regularidade de acesso aos moradores do Bairro Santa Felicidade, no município de Torrinha, devido à falta de sinalização e de uma alça de acesso adequada.
G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	Em 05/12/2025 proferida sentença determinando que o Município apresente um plano de ação para a regularização do acesso de Santa Felicidade. Houve o expresse reconhecimento de que a Concessionária não possui obrigação contratual de executar obras relacionadas à regularização de acessos.
H. ESTÁGIO DO PROCESSO	Conhecimento
I. POSSIBILIDADE DE PERDA	Remoto
J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE	O processo é considerado relevante por tratar-se de Ação Civil Pública que pode gerar uma obrigação para a concessionária passível de reequilíbrio pelo Poder Concedente.
K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	A Concessionária está bem amparada no contrato de concessão para absorver, e de se recompor perante o Poder Concedente, na hipótese de eventual impacto de uma decisão de procedência de qualquer dos pedidos formulados nesta ação.

¹ Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4. Fatores de risco

4.5 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Segundo os critérios utilizados pela Companhia, nos processos não sigilosos relevantes foram provisionados os seguintes valores:

Valor total provisionado atualizado é de aproximadamente R\$ 33.978 (Trinta e três milhões e novecentos e setenta e oito mil) data base: 31/12/2025.

Contingências	Prognóstico	31.12.2025	%
Trabalhista ^a	Provável	3.701	10,9%
Cíveis ^b	Provável	30.277	89,1%
Total		33.978	100,0%

^aProcessos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros, em que a Companhia é parte.

^bProcessos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário, em que a Companhia é parte.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4. Fatores de risco

4.6 Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Com referência à data-base de 31 de dezembro de 2025, a Companhia divulgou, no item 4.4, a totalidade dos processos em que figura como parte, abrangendo todos os processos.

4.7 Outras contingências relevantes

4. Fatores de risco

4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Na data base 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui outras contingências relevantes.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

5.2 Descrição dos controles internos

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.2 Em relação aos controles internos adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

c. se, e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Nos termos da legislação vigente, a Ernest Young Auditores Independentes S/S Ltda. examinou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, obtendo entendimento a respeito das políticas e processos relacionados ao sistema contábil e de controles internos da Companhia.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

5.2 Descrição dos controles internos

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Considerando que não foram detectadas quaisquer deficiências significativas relativas aos controles internos da Companhia, os diretores da Companhia não possuem comentários.

5.3 Programa de integridade

5 Política de gerenciamento de riscos e controle internos

5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:

A Companhia possui um Programa de Integridade, composto por regras e normas fixadas por meio de políticas e procedimentos internos, visando a disseminar as melhores práticas de governança corporativa e orientar quais condutas são esperadas de seus colaboradores, parceiros de negócio e os e demais públicos com os quais interage.

O Programa de Integridade é instrumentalizado por meio de políticas e procedimentos internos criados com o intuito de formalizar o posicionamento da Companhia perante os colaboradores, reforçando aspectos fundamentais e garantidores da conformidade de seus processos, aprimorando os mecanismos de difusão da cultura ética e da gestão por meio da mitigação de riscos, prevenção, detecção e correção que impeçam a ocorrência de desvios éticos em suas atividades.

Nesse sentido, o principais mecanismos de integridade adotado pela Companhia voltado para prevenção, prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública são o Código de Conduta Ética, Código de Conduta e Ética para Fornecedores e Prestadores de Serviços, o Canal de Ética, o Manual do Programa de Integridade e sua Política Anticorrupção, cujo objetivo é estabelecer as diretrizes que devem ser observadas na condução de todos os negócios da Companhia e estabelecer que esta não é conivente, em hipótese alguma, com qualquer ação ou omissão que possa repercutir em violação às disposições da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada (“Lei Anticorrupção”) ou, quando aplicável, das regras previstas em leis estrangeiras como o Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), dos Estados Unidos da América, e o UK Bribery Act (UKBA), do Reino Unido.

Dentre outros temas relacionados à prevenção e combate à corrupção, a Política Anticorrupção versa sobre: (i) prevenção a práticas de corrupção e suborno; (ii) tolerância

5.3 Programa de integridade

zero a extorsão ou pagamentos de facilitação; (iii) procedimentos para contribuições a causas beneficentes e doações; (iv) vedação a contribuições para partidos políticos; (v) regras sobre brindes, entretenimentos e hospitalidade; (vi) patrocínios; (vii) orientações sobre participação em licitações; (viii) interação com poder público; (ix) interação com fornecedores; e (x) obtenção de licenças.

Sua aplicação abrange todos os colaboradores, acionistas, administradores, conselheiros, consultores, diretores, auditores, prepostos, funcionários, estagiários, menores aprendizes, contratados terceirizados ou pessoa agindo em nome da Companhia, assim como terceiros com que tenha alguma relação, incluindo fornecedores, consultores, parceiros de negócios, clientes e demais prestadores de serviços.

O Código de Conduta Ética da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, também reforça o compromisso com a legalidade de seus atos, enfatizando que a Companhia não tolera qualquer conduta ilegal, de suborno ou corrupção por parte de seus colaboradores.

Nesse sentido, o Código de Conduta Ética da Companhia explica, didaticamente, conceitos como suborno e corrupção, dentre outros, apresenta as práticas vedadas pela Lei Anticorrupção e orienta que todos os colaboradores da Companhia devem sempre:

- a.** conduzir as relações comerciais em estrita observância à legislação, às práticas de mercado, aos bons costumes e às orientações de órgãos reguladores;
- b.** ser diligente, cordial e atencioso no trato com os órgãos públicos, poder concedente, agência reguladora, fornecedores, prestadores de serviços ou quaisquer outras concessionárias que se relacionem com a Companhia;
- c.** jamais fazer negócios visando interesse ou vantagem pessoal direta ou indireta;
- d.** observar rigorosamente os padrões operacionais e normas de segurança fixados pela Companhia, em especial procedimentos, prazos e formas de reporte.

O Código de Conduta Ética determina, ainda, que toda tratativa com órgãos públicos e/ou o poder concedente deverá ser realizada na presença de pelo menos 2 (dois) colaboradores da Companhia.

Além disso, o Código de Conduta Ética estabelece que a Companhia não financia ou promove partidos ou organizações políticas, nem seus representantes ou candidatos, ou

5.3 Programa de integridade

outras atividades que tenham como fim a propaganda política, bem como não patrocina e nem faz doações, salvo a causas beneficentes, éticas e legais, desde que devidamente aprovadas pela Diretoria da Companhia.

A esse respeito, vale ressaltar, ainda, que a Companhia possui, especificamente, uma Política de Doação e Patrocínios, que estabelece as diretrizes para a realização de doações e patrocínios pela Companhia, a fim de garantir que essas contribuições ocorram com o mais elevado padrão de transparência, integridade e legalidade.

Para garantir a efetividade e o cumprimento de seu Programa de Integridade, do qual fazem parte a Política Anticorrupção, o Código de Conduta Ética e a Política de Doação e Patrocínios, a Companhia possui a Política de Aplicação de Medidas Disciplinares.

Assim, uma vez apurado algum ato contrário as nossas diretrizes de integridade, este será avaliado pela Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais da Companhia.

Adicionalmente, a Política de Avaliação de Padrões Comportamentais e de Aplicação de Medidas Disciplinares norteia os parâmetros das medidas disciplinares que possuem caráter educativo e/ou punitivo. As penalidades previstas são proporcionais ao tipo de violação, à reincidência e ao nível de responsabilidade dos envolvidos.

A dosimetria das medidas disciplinares será avaliada caso a caso, de acordo com a natureza e abrangência dos fatos comprovados, face a participação do envolvido, bem como os reflexos dos atos praticados em relação à imagem e valores da Companhia.

No tocante aos parceiros de negócio da Companhia, o Código de Ética para Fornecedores e Prestadores de Serviços define as normas mínimas e não negociáveis que todos os fornecedores e prestadores de serviços, bem como de suas empresas coligadas e controladas, devem respeitar e cumprir no exercício da relação comercial com a Concessionária.

Os fornecedores e prestadores de serviços que violarem o Programa de Integridade estarão sujeitos à rescisão contratual, sem prejuízo da adoção de outras medidas indenizatórias, inclusive judiciais, tudo em consonância com as legislações aplicáveis e cláusulas contratualmente previstas.

5.3 Programa de integridade

Estes mecanismos e procedimentos de integridade são reavaliados e, se necessário adaptados, anualmente, de forma ordinária e, em menor período, quando da ocorrência de eventos extraordinário.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, se existentes.

O Manual do Programa de Integridade, orienta a implementação do Programa de Integridade da Companhia, estabelecendo, dentre outras, a estrutura de Governança para Gestão e Monitoramento do Programa de Integridade da Companhia que é formado, conjuntamente, pelo Compliance Officer, pela Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais e Conselho de Administração da Companhia.

Abaixo são descritas as atribuições de cada um dos componentes desta estrutura:

Compliance Officer: sua principal atribuição é orientar e promover o programa de integridade da Companhia. O Compliance Officer realiza a gestão do dia a dia do Programa de Integridade, o que inclui:

- i. esclarecer dúvidas dos colaboradores e consulentes;
- ii. acompanhar os desdobramentos relativos ao Canal de Ética e privacidade e assegurar o reporte das violações identificadas e seus resultados à Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais, e quando aplicável, à diretoria executiva e ao conselho de administração;
- iii. receber, monitorar e registrar o reporte de recebimento brindes, entretenimento ou hospitalidade pelos colaboradores;
- iv. encaminhar temas à Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais e ao conselho de administração, conforme o caso;
- v. propor e estabelecer mecanismos e/ou protocolos de monitoramento, controle, acompanhamento e treinamento para prevenir potenciais condutas ilegais e antiéticas;

5.3 Programa de integridade

O Compliance Officer, cargo formalmente criado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de fevereiro de 2021, reporta-se ao Conselho de Administração.

Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais: Os membros da Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais gozam de proteção institucional diante de eventuais tentativas de retaliação por parte de envolvidos em denúncias (denunciantes e denunciados) e diante de eventuais tentativas de represália por parte da Companhia.

Os membros da Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais possuem total independência no exercício de suas atribuições, devendo manter sob caráter de confidencialidade as informações recebidas em função de seu cargo, não podendo, de qualquer modo, divulgar seu conteúdo para outros colaboradores ou para quaisquer outros terceiros que não seja no interesse das apurações das denúncias.

Conselho de Administração: Órgão formalmente criado na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2020, em linha com a lógica hierárquica prescrita pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), possui autonomia operacional para desempenhar suas atribuições legais e estatutárias e não se reporta diretamente a qualquer órgão da estrutura administrativa da Companhia, sem prejuízo das prerrogativas legais de fiscalização da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, quando instalado.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

1. se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A Companhia possui um Código de Conduta Ética, formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 08 de março de 2024, que é aplicável a todos os administradores e colaboradores da Companhia, bem como a terceiros com os quais a Companhia se relaciona.

2. as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O descumprimento das normas contidas no Código de Conduta Ética é passível de medidas disciplinares:

5.3 Programa de integridade

- (a) Advertência verbal;
- (b) Advertência por escrito;
- (c) Suspensão;
- (d) Demissão sem justa causa;
- (e) Demissão por justa causa.

A aplicação de qualquer uma das medidas disciplinares descritas acima possui regramento estabelecido na Política de Aplicação de Medidas Disciplinares, as quais, dentro das alçadas estabelecidas, sendo definida pela Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais, de acordo com a gravidade da infração e de forma consistente e proporcional ao descumprimento, independentemente da hierarquia, posição/senioridade do colaborador.

3. órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta Ética da Companhia foi formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 08 de março de 2024 e está disponível publicamente no site da companhia.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

(i) se o canal de denúncia é interno ou se está a cargo de terceiros:

O canal de denúncias é disponibilizado por um terceiro, o qual recebe as denúncias e encaminha para a área de Compliance e membros do Comitê de Compliance, via a ferramenta do canal de denúncias.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:

O canal está aberto para o recebimento de denúncias de colaboradores e de terceiros via



Website: <https://www.contatoseguro.com.br/eixosp>



Telefone (0800 900 9008)

5.3 Programa de integridade

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé:

O Canal de Ética da Companhia é externo, gerido pela prestadora Contato Seguro, e é assegurado o anonimato e proteção dos denunciante de boa-fé, conforme estabelecido na Política de Reporte de Denúncias e Não Retaliação da Companhia.

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O Canal de Ética da Companhia é uma ferramenta para captação de relatos e é operado por uma empresa terceirizada independente. Tal fato está alinhado às melhores práticas em captação de relatos e, possibilita a garantia de anonimato. O canal está aberto para o recebimento de denúncias também de terceiros, que serão avaliadas pela Área de Compliance da Companhia e, quando cabível, em conjunto com a Comissão de Ética.

O Canal de Ética da Companhia é externo, gerido pela prestadora Contato Seguro, e é assegurado o anonimato e proteção dos denunciante de boa-fé, conforme estabelecido na Política de Reporte de Denúncias e Não Retaliação da Companhia.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas¹

Nos últimos 3 exercícios sociais não houve registro de denúncias de nenhum tipo.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que a Companhia possui regras voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

¹ A indicação pelo emissor dos casos independe de decisão administrativa ou judicial sobre os fatos detectados

5.4 Alterações significativas

5 Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.4 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

5.5 Outras informações relevantes

5 Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia esclarece que, em linha com as melhores práticas de segurança disponíveis no mercado, realiza testes periódicos de invasão a seus sistemas (pentest), com o auxílio de empresa referência no segmento de segurança da informação nos mercados nacional e internacional, buscando identificar vulnerabilidades que possibilitem ataques hackers aos sistemas da Companhia.

Além disso, a Companhia possui equipe de segurança da informação e parceiros contratados para as questões de infraestrutura de rede, update de sistema críticos, atualizações de firewall e antivírus.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.						
36.062.772/0001-03	Brasil	Sim	Sim	02/03/2020		
Não						
1.400.000.000	100,000	0	0,000	1.400.000.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.400.000.000	100,000	0	0,000	1.400.000.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.				36.062.772/0001-03		
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.						
36.062.741/0001-44	Brasil	Sim	Sim	15/07/2024		
Não						
1.385.612.399	100,000	0	0,000	1.385.612.399	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.385.612.399	100,000	0	0,000	1.385.612.399	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.				36.062.741/0001-44		
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.						
36.062.710/0001-93	Brasil	Sim	Sim	15/07/2024		
Não						
974.328.820	70,000	0	0,000	974.328.820	70,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia						
36.500.390/0001-06	Brasil	Sim	Não	15/07/2024		
Não						
417.569.494	30,000	0	0,000	417.569.494	30,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.				36.062.741/0001-44	
1.391.898.314	100,000	0	0,000	1.391.898.314	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.				36.062.710/0001-93		
Patria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia						
28.953.928/0001-00	Brasil	Sim	Não	15/07/2024		
Não						
984.048.868	100,000	0	0,000	984.048.868	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
984.048.868	100,000	0	0,000	984.048.868	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	20/12/2021
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

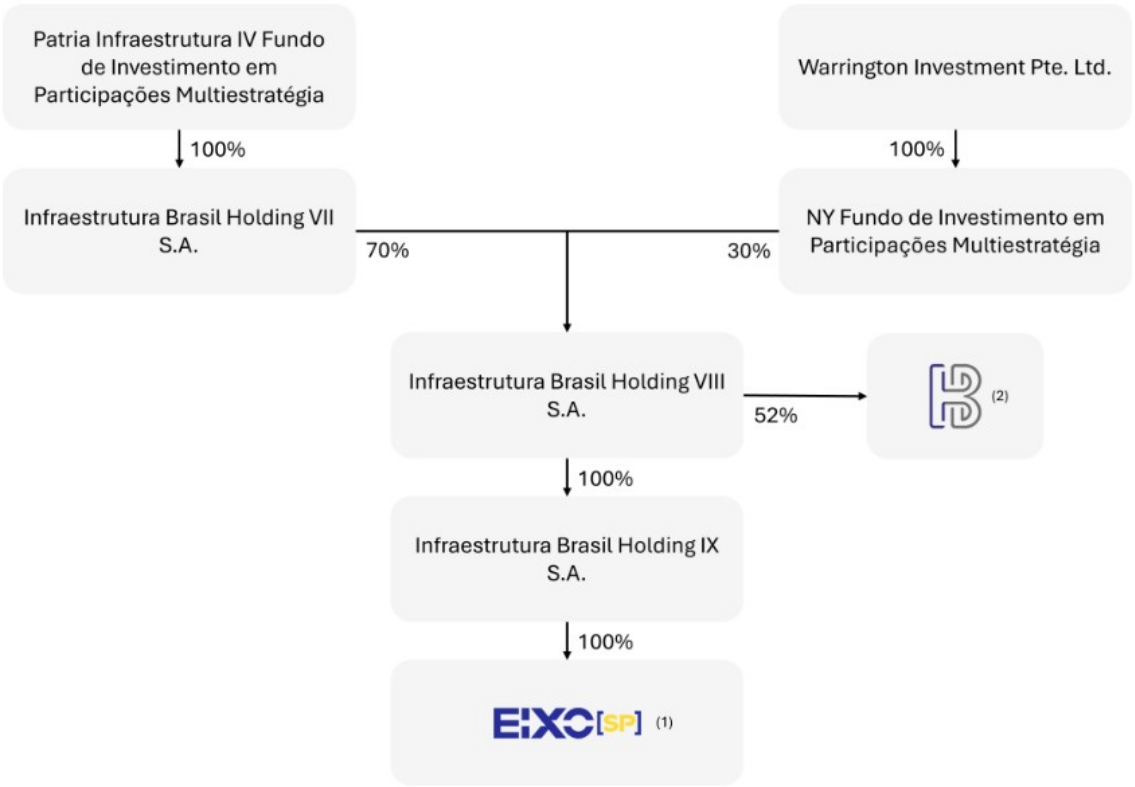
A Companhia declara que não possui participação em sociedades.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6. Controle e grupo econômico

6.5 Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

- a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações
- b. principais controladas e coligadas do emissor
- c. participações do emissor em sociedades do grupo
- d. participações de sociedades do grupo no emissor
- e. principais sociedades sob controle comum



Legenda	Razão Social	CNPJ
(1)	Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.	36.146.575/0001-64
(2)	IBH I Serviços e Participações S.A	40.942.710/0001-55
	Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	36.062.772/0001-03
	Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	36.062.741/0001-44
	Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.	36.062.710/0001-93
	Patria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	28.953.928/0001-00
	NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	28.953.928/0001-00

6.6 Outras informações relevantes

6. Controle e grupo econômico

6.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A companhia declara que todas as informações relevantes pertinentes a esse tópico já foram contempladas nos itens anteriores.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7 Assembleia geral e administração

7.1 Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

- a. Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento do item “a” é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

- b. Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:**

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento do item “b” é facultativo para emissores registrados na categoria “B”

- c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento do item “c” é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

- d. por órgão: (i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero; (ii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça; (iii) número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação aplicável; (iv) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes**

Preenchimento realizado direto nas tabelas estruturadas do sistema.

- e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal**

A Companhia não estabelece metas específicas relacionadas à diversidade de gênero, cor, raça ou outros atributos entre os integrantes de seus órgãos de administração e do conselho fiscal.

- f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima**

Os órgãos de administração não possuem atribuições específicas para avaliar, gerenciar e supervisionar riscos e oportunidades relacionados ao clima.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	6	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 9	0	9	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 9	0	6	0	3	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	6	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 9	0	9	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7 Assembleia geral e administração

7.2 Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome	DANIEL BECKER	CPF:	034.375.929-20	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Engenheiro	Data de Nascimento:	01/04/1982
Experiência Profissional:	O Sr. Daniel Becker é brasileiro, com formação acadêmica em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor da Companhia. Possui 15 anos de experiência, concentrada nos setores de Logística e Transporte. No Pátria Investimentos há quatro anos, trabalhou no desenvolvimento da tese de concessões rodoviárias dentro do Pátria Infraestrutura. Previamente ao Pátria, foi Gerente Geral de Melhoria de Performance e Inovação na VLI S.A e principal na Bain & Company. O Sr. Daniel informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Daniel declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.										
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Diretoria	14/04/2025	1 ano	Outros Diretores	Diretor de Gestão Estratégica							
Conselho de Administração	14/04/2025	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		14/04/2025	Sim	14/04/2025				
Condenações:											
Tipo de Condenação		Descrição da Condenação									
Qualquer Condenação		Declara que, nos últimos cinco anos, não sofreu qualquer condenação criminal, nem foi condenado em processos administrativos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados, bem como não recebeu penas aplicáveis. Afirma também que não foi alvo de condenação definitiva, seja judicial ou administrativa, que tenha resultado em suspensão ou inabilitação para exercer atividade profissional ou comercial. Além disso, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, com suas alterações.									

Nome

FABRÍCIO RODRIGUES AMARAL

CPF:

040.156.326-05

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Engenheiro

Data de Nascimento:

31/05/1979

Experiência Profissional:

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	14/04/2025	2 anos	Presidente do Conselho de Administração			Sim	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que, nos últimos cinco anos, não sofreu qualquer condenação criminal, nem foi condenado em processos administrativos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados, bem como não recebeu penas aplicáveis. Afirma também que não foi alvo de condenação definitiva, seja judicial ou administrativa, que tenha resultado em suspensão ou inabilitação para exercer atividade profissional ou comercial. Além disso, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, com suas alterações.

Nome

FRANCISCO EUGÊNIO BARRETO DA SILVA

CPF:

416.267.703-44

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Engenheiro Civil

Data de Nascimento:

30/11/1970

Experiência Profissional:

O Sr. Francisco Eugênio Barreto da Silva é graduado em Engenharia Civil pela Universidade de Fortaleza e possui MBA em Gestão Empresarial e Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Possui mais de 30 anos de experiência no segmento de construção pesada e obras lineares, incluindo 15 anos de atuação no mercado privado brasileiro. É especialista na liderança de grandes projetos de infraestrutura, abrangendo saneamento, portos, rodovias, urbanização, canais de irrigação, plantas industriais, pontes e ferrovias.

Ao longo de sua carreira, foi responsável pelo planejamento estratégico e pela gestão técnica, administrativa e institucional de empreendimentos de grande porte, conduzindo equipes multidisciplinares nas funções de Gerente de Obras e Diretor de Contratos, assegurando a execução dos projetos dentro dos padrões de qualidade, prazo e orçamento. Sua experiência combina visão estratégica, sólida capacidade de gestão de riscos e relacionamento institucional, com histórico comprovado na transformação de desafios complexos em resultados sustentáveis para empresas, investidores e comunidades.

Atualmente, atua como Diretor de Engenharia na Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

O Sr. Francisco Eugênio informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	04/02/2026	1 ano	Outros Diretores	Diretor de Engenharia	04/02/2026		04/02/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que, nos últimos cinco anos, não sofreu qualquer condenação criminal, nem foi condenado em processos administrativos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados, bem como não recebeu penas aplicáveis. Afirma também que não foi alvo de condenação definitiva, seja judicial ou administrativa, que tenha resultado em suspensão ou inabilitação para exercer atividade profissional ou comercial. Além disso, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, com suas alterações.

Nome GILSON DE OLIVEIRA CARVALHO

CPF: 063.255.958-66

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Contador e advogado

Data de Nascimento: 31/05/1967

Experiência Profissional:

O Sr. Gilson de Oliveira Carvalho é formado em Direito pela Unicapital, Ciências Contábeis pela Universidade Católica Dom Bosco e Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Possui MBA em Mercado de Capitais pela FIECAFI/USP, MBA em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas, LLM em Direito Corporativo pelo IBMEC, Pós-Graduação em Gestão Financeira pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Mestrado em Economia de Empresas pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais. Possui vasta experiência na área bancária e financeira, tendo trabalhado em diversas instituições financeiras desde 1985, sendo eles: Banco Real, Banco Agrimisa, Banco Safra e Banco Fidis. Nos últimos anos atuou como Head de Tesouraria e Serviços Financeiros da região América Latina no Grupo FCA Fiat Chrysler e como CEO da Fiat Chrysler Finanças Brasil Ltda, onde atuou no suporte e desenvolvimento de serviços financeiros e na gestão de tesouraria das empresas do Grupo FCA na América Latina. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Companhia. O Sr. Gilson informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Gilson declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	14/04/2025	1 ano	Outros Diretores	Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores			

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que, nos últimos cinco anos, não sofreu qualquer condenação criminal, nem foi condenado em processos administrativos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados, bem como não recebeu penas aplicáveis. Afirma também que não foi alvo de condenação definitiva, seja judicial ou administrativa, que tenha resultado em suspensão ou inabilitação para exercer atividade profissional ou comercial. Além disso, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, com suas alterações.

Nome

LUIZ CLAUDIO TORELLI

CPF:

612.434.426-20

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Engenheiro Aeronáutico

Data de Nascimento:

27/02/1969

Experiência Profissional:

Engenheiro Aeronáutico formado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, com especialização em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP e MBA em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. O Sr. Luiz Claudio atuou como Diretor nas áreas de Operações, Engenharia, Manutenção e Suporte ao Produto em diversas empresas, como América Latina Logística S.A. (atual Rumo Logística S.A.), MRS Logística e GE Transportes Ferroviários. Atuou, também, como Gerente e Diretor de Serviços na Força Aérea Brasileira e na Lion (atual Sotreq). O Sr. Luiz Claudio informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Luiz Claudio declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	14/04/2025	1 ano	Outros Diretores	Diretor de Conservação e Manutenção			

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que, nos últimos cinco anos, não sofreu qualquer condenação criminal, nem foi condenado em processos administrativos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados, bem como não recebeu penas aplicáveis. Afirma também que não foi alvo de condenação definitiva, seja judicial ou administrativa, que tenha resultado em suspensão ou inabilitação para exercer atividade profissional ou comercial. Além disso, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, com suas alterações.

Nome RICARDO FERNANDES PRADO ALVES

CPF: 230.056.838-18

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Engenheiro de Produção

Data de Nascimento: 21/10/1988

Experiência Profissional:

O Sr. Ricardo, atualmente, ocupa a posição de Vice-Presidente no time de investimentos em Infraestrutura do GIC, fundo soberano de Singapura com mais de US\$100 bilhões sob gestão. Possui mais de 10 anos de experiência em investimentos em empresas de capital aberto e fechado. Anteriormente ao GIC, integrava o time da Warburg Pincus no Brasil, um fundo dedicado a investimentos em Private Equity, e também trabalhou como analista e gestor de ações de empresas listadas na mesa proprietária do Banco Santander. Iniciou sua carreira na McKinsey&Co, como consultor, e possui formação acadêmica em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. O Sr. Ricardo informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Ricardo declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	14/04/2025	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)			Sim	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que, nos últimos cinco anos, não sofreu qualquer condenação criminal, nem foi condenado em processos administrativos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados, bem como não recebeu penas aplicáveis. Afirma também que não foi alvo de condenação definitiva, seja judicial ou administrativa, que tenha resultado em suspensão ou inabilitação para exercer atividade profissional ou comercial. Além disso, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, com suas alterações.

Nome

ROBINSON ALEXANDRE DE AVILA

CPF:

294.364.878-78

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Engenheiro Civil

Data de Nascimento:

12/01/1981

Experiência Profissional:

O Sr. Robinson Avila é formado em Engenharia Civil pela UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Possui pós-graduação em Infraestrutura: tendências e mecanismos de desenvolvimento econômico pela Fundação Getúlio Vargas e pós-graduação em Gestão da Manutenção pela Faculdade Figueiredo Costa. Possui grande experiência na área de engenharia relacionada a ativos industriais e de infraestrutura em implantações, manutenção e conservação. Tendo iniciado sua carreira em 2002, o Sr. Robinson trabalhou em instituições de grande porte desde 2002, tendo sido engenheiro na RIP – Serviços Industriais S/A entre 2002 e 2007; coordenador de manutenção na Braskem S/A entre 2007 e 2011; gestor de projeto de capital na Vale S/A entre 2011 e 2013; gerente de engenharia na Concessionaria Rodovia dos Tamoios S/A entre 2013 e 2020. Atualmente, ocupa somente o cargo de Diretor de Engenharia da Companhia. O Sr. Robinson informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Robinson declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	04/02/2026	1 ano	Diretor Presidente / Superintendente		04/02/2026		04/02/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que, nos últimos cinco anos, não sofreu qualquer condenação criminal, nem foi condenado em processos administrativos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados, bem como não recebeu penas aplicáveis. Afirma também que não foi alvo de condenação definitiva, seja judicial ou administrativa, que tenha resultado em suspensão ou inabilitação para exercer atividade profissional ou comercial. Além disso, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, com suas alterações.

Nome

THIAGO DE PAULA BRONZI

CPF:

364.109.338-43

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Engenheiro

Data de Nascimento:

13/01/1988

Experiência Profissional:

Antes de ingressar na Pátria em 2011, o Sr. Thiago de Paula Bronzi trabalhou na A.T. Kearney na área de estratégia de negócios e no Banco BBM em pesquisa macroeconômica. Participou do desenvolvimento da Highline, empresa de torres criada pela Pátria em 2012, e participou das iniciativas de rodovias do fundo (Entrevias, Eixo SP e Cart). É formado em Engenharia Mecânica Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Atualmente, ocupa o cargo de Diretor na Companhia. O Sr. Thiago informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Thiago declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	14/04/2025	1 ano	Outros Diretores	Diretor de Novos Negócios			

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que, nos últimos cinco anos, não sofreu qualquer condenação criminal, nem foi condenado em processos administrativos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados, bem como não recebeu penas aplicáveis. Afirma também que não foi alvo de condenação definitiva, seja judicial ou administrativa, que tenha resultado em suspensão ou inabilitação para exercer atividade profissional ou comercial. Além disso, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, com suas alterações.

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui comitês instalados.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento do item “a” é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento do item “a” é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7 Assembleia geral e administração

7.7 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

7.8 Outras informações relevantes

7 Assembleia geral e administração

7.8 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a esse tópico foram apresentadas nos itens anteriores.

8.1 Política ou prática de remuneração

8 Remuneração dos administradores

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	6,00		9,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00		6,00
Esclarecimento	O Conselho de Administração não é remunerado, porém, os membros do conselho exercem funções de diretores em outras unidades do mesmo grupo econômico, sendo por essas atividades remunerados.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	4.186.322,47		4.186.322,47
Benefícios direto e indireto	0,00	386.178,18		386.178,18
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	2.639.958,31		2.639.958,31
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos sociais, FGTS, férias e provisões conforme CLT.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	2.787.541,04		2.787.541,04
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	10.000.000,00		10.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	6,00		9,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00		6,00
Esclarecimento	O Conselho de Administração não é remunerado, porém, os membros do conselho exercem funções de diretores em outras unidades do mesmo grupo econômico, sendo por essas atividades remunerados.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.394.026,37		3.394.026,37
Benefícios direto e indireto	0,00	313.090,77		313.090,77
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	2.140.324,40		2.140.324,40
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos sociais, FGTS, férias e provisões conforme CLT.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	2.259.975,87		2.259.975,87
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	8.107.417,41		8.107.417,41

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,00	6,00		7,00
Nº de membros remunerados	1,00	6,00		7,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	485.806,44	2.534.178,07		3.019.984,51
Benefícios direto e indireto	68.687,57	204.882,45		273.570,02
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	478.305,89	1.703.562,18		2.181.868,07
Descrição de outras remunerações fixas	Referentes a salários e outras remunerações.	Referente a salários e outros benefícios.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.228,14		1.228,14
Participação de resultados	768.663,75	2.713.474,80		3.482.138,55
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Referentes a participação nos resultados.	Remuneração variável.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	1.801.463,65	7.157.325,64		8.958.789,29

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,00	7,00		8,00
Nº de membros remunerados	1,00	7,00		8,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	290.218,68	2.830.157,29		3.120.375,97
Benefícios direto e indireto	12.496,03	68.981,52		81.477,55
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	54.298,48	393.594,93		447.893,41
Descrição de outras remunerações fixas	Honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício.	Honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício.		
Remuneração variável				
Bônus	778.129,07	1.135.345,56		1.913.474,63
Participação de resultados	0,00	734.741,48		734.741,48
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Remuneração variável	Remuneração variável		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	N/A			
Total da remuneração	1.135.142,26	5.162.820,78		6.297.963,04

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento do item “a” é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8 Remuneração dos administradores

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento do item “a” é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8 Remuneração dos administradores

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.7 Opções em aberto

8 Remuneração dos administradores

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8 Remuneração dos administradores

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8 Remuneração dos administradores

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.10 Outorga de ações

8 Remuneração dos administradores

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento do item “a” é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

8.12 Precificação das ações/opções

8 Remuneração dos administradores

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.13 Participações detidas por órgão

8 Remuneração dos administradores

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.14 Planos de previdência

8 Remuneração dos administradores

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento do item “a” é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8 Remuneração dos administradores

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8. Remuneração dos Administradores

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2026	2025	2024*	2023*
Conselho de Administração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Diretoria Estatutária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

*Foram corrigidos os percentuais informados no FRE competência 2024 e 2023.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento do item “a” é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2026

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2025

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2024

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2023

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.20 Outras informações relevantes

8. Remuneração dos Administradores

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia informa que todas as informações pertinentes e relevantes a esse tópico foram apresentadas no decorrer dos itens anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	003859	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	49.928.567/0001-11
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
24/04/2024	23/04/2024	
Descrição dos serviços prestados		
Auditoria e emissão de relatórios sobre demonstrações financeiras da Companhia.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
A remuneração bruta dos auditores independentes correspondeu ao montante de R\$ 397.411,09 e refere-se exclusivamente aos serviços de auditoria externa.		
Justificativa da substituição		
Não aplicável, tendo em vista que, desde a constituição da Companhia, o Auditor da Companhia não foi substituído.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não aplicável.		

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda		Juridica	61.366.936/0001-25
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
11/09/2025		01/07/2025	
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria e emissão de relatórios sobre demonstrações financeiras da Companhia.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
A remuneração bruta dos auditores independentes correspondeu ao montante de R\$ 296.520,00 e refere-se exclusivamente aos serviços de auditoria externa.			
Justificativa da substituição			
Conforme instrução CVM 23/21 "Art. 31. O Auditor Independente - Pessoa Natural e o Auditor Independente - Pessoa Jurídica não podem prestar serviços para um mesmo cliente, por prazo superior a cinco exercícios sociais consecutivos, exigindo-se um intervalo mínimo de três exercícios sociais para a sua recontração."			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
N/A			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9. Auditores

9.3 Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Os auditores independentes **EY (ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA, 61.366.936/0021-79)** foram contratados exclusivamente para a prestação de serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras da companhia, não havendo a contratação de serviços adicionais que possam caracterizar conflito de interesse ou comprometer sua independência.

9.4 Outras informações relevantes

9. Auditores

9.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

A Companhia informa que as informações pertinentes e relevantes a esse tópico já foram informadas nos itens anteriores.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	12	54	0	0	0
Não-liderança	628	1302	0	0	0
TOTAL = 1.996	640	1356	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	33	1	31	0	0	1
Não-liderança	9	1074	137	560	1	0	149
TOTAL = 1.996	9	1107	138	591	1	0	150

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	48	18
Não-liderança	572	978	380
TOTAL = 1.996	572	1026	398

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	1	65	0
Não-liderança	7	1923	0
TOTAL = 1.996	8	1988	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	66	0	0
Não-liderança	0	0	0	1930	0	0
TOTAL = 1.996	0	0	0	1996	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	640	1356	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 1.996	640	1356	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	9	1107	138	591	1	0	150
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 1.996	9	1107	138	591	1	0	150

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	572	1026	398
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 1.996	572	1026	398

10.1 Descrição dos recursos humanos

10 Recursos humanos

10.1 Descrever os recursos humanos do emissor:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

10.2 Alterações relevantes

10. Recursos humanos

10.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10 Recursos humanos

10.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10 Recursos humanos

10.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve

paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

10.5 Outras informações relevantes

10 Recursos humanos

10.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

A Companhia informa que não há outras informações relevantes para esse tópico.

11.1 Regras, políticas e práticas

11 Transações com partes relacionadas

11.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Concessionaria Auto Raposo Tavares S.A.	27/04/2020	1.415.765,49	33.644,54	1.415.765,49	19 anos	0
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Contrato de permissão a título precário e oneroso, de infraestrutura existente na faixa de domínio, para instalação de equipamentos da rede de comunicação. No montante envolvido foi considerado o valor mensal devido durante toda a vigência do contrato (19 anos). No saldo existente foi considerado os valores ainda a serem pagos após a data base de 31/12/2025. O montante correspondente ao interesse da parte relacionada corresponde ao valor total do contrato					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Concessionaria Auto Raposo Tavares S.A.	31/12/2024	94.812,38	64.630,38	94.812,38	N/A	0
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Reembolso de gastos referente a serviços compartilhados, por exemplo, financeiro (contas a pagar e receber), contabilidade, recursos humanos, relação com investidores, suprimentos, entre outros). O critério utilizado para o preenchimento do montante envolvido do negócio foi o somatório dos valores pagos no exercício social de 2025. Para cálculo do montante do saldo em aberto foi considerado o saldo registrado nas demonstrações financeiras de 31/12/2025 da companhia. Pela natureza da transação entende-se que o montante correspondente ao interesse da parte relacionada é o valor total					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Concessionaria Auto Raposo Tavares S.A.	31/12/2024	3.966.313,94	121.248,34	3.966.313,94	N/A	0
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Reembolso dos custos referente a participação da CART no consórcio para produção de CBUQ das usinas asfálticas no mês de dezembro de 2025					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Entrevias Concessionaria de Rodovias S.A.	31/12/2024	124.591,41	55.504,42	124.591,41	N/A	0
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Reembolso de gastos referente a serviços compartilhados, por exemplo, financeiro (contas a pagar e receber), contabilidade, recursos humanos, relação com investidores, suprimentos, entre outros). O critério utilizado para o preenchimento do montante envolvido do negócio foi o somatório dos valores pagos no exercício social de 2025. Para cálculo do montante do saldo em aberto foi considerado o saldo registrado nas demonstrações financeiras de 31/12/2025 da companhia. Pela natureza da transação entende-se que o montante correspondente ao interesse da parte relacionada é o valor total					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IBH I Servicos e Participacoes S.A.	31/12/2024	142.503,05	47.226,68	142.503,05	N/A	0
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Reembolso de gastos referente a serviços compartilhados, por exemplo, financeiro (contas a pagar e receber), contabilidade, recursos humanos, relação com investidores, suprimentos, entre outros). O critério utilizado para o preenchimento do montante envolvido do negócio foi o somatório dos valores pagos no exercício social de 2025. Para cálculo do montante do saldo em aberto foi considerado o saldo registrado nas demonstrações financeiras de 31/12/2025 da companhia. Pela natureza da transação entende-se que o montante correspondente ao interesse da parte relacionada é o valor total					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IBH I Servicos e Participacoes S.A.	01/04/2021	12.193.665,70	1.466.458,78	12.193.665,7	N/A	0
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Prestação de serviços relacionados às áreas jurídica, qualidade, recursos humanos, regulatório, relação com investidores, segurança do trabalho, tesouraria e seguros, contabilidade e fiscal, etc. O critério utilizado para o preenchimento do montante envolvido do negócio foi o serviço prestado no exercício social de 2025. Pela natureza da transação entende-se que o montante correspondente ao interesse da parte relacionada é o valor total					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Infraestrutura BR V Rodovias NP Holding I S.A.	30/06/2025	8.627,43	8.627,43	8.627,43	N.A	0
Relação com o emissor	Controlador Indireto.					
Objeto contrato	Reembolso de despesas de viagem (Leilão Rodovias e Reuniões BNDES					
Garantia e seguros	N.A					
Rescisão ou extinção	N.A					
Natureza e razão para a operação	N.A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.	31/12/2025	861.699,62	861.669,62	861.699,62	N.A	0
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado					
Garantia e seguros	N.A					
Rescisão ou extinção	N.A					
Natureza e razão para a operação	N.A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
PATRIA INFRAESTRUTURA IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	01/04/2022	71.409,46	71.409,46	71.409,46	N.A	0
Relação com o emissor	Controlador indireto.					
Objeto contrato	Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado					
Garantia e seguros	N.A					
Rescisão ou extinção	N.A					
Natureza e razão para a operação	N.A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
PATRIA INFRAESTRUTURA V MASTER FUNDO DE	31/12/2024	18.069,24	22.073,32	18.069,24	N/A	0
Relação com o emissor	Controlador indireto.					
Objeto contrato	Reembolso de gastos com viagens e hospedagens da Companhia no exercício de suas funções. O critério utilizado para o preenchimento do montante envolvido do negócio foi o somatório dos valores pagos no exercício social de 2025. Para cálculo do montante do saldo em aberto foi considerado o saldo registrado nas demonstrações financeiras de 31/12/2025 da Companhia. Pela natureza da transação entende-se que o montante correspondente ao interesse da parte relacionada é o valor total					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A	31/12/2024	2.929.602,17	58.878,35	2.929.602,17	N/A	0
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Reembolso de gastos referente a serviços compartilhados, por exemplo, financeiro (contas a pagar e receber), contabilidade, recursos humanos, relação com investidores, suprimentos, entre outros). O critério utilizado para o preenchimento do montante envolvido do negócio foi o somatório dos valores pagos no exercício social de 2025. Para cálculo do montante do saldo em aberto foi considerado o saldo registrado nas demonstrações financeiras de 31/12/2025 da companhia. Pela natureza da transação entende-se que o montante correspondente ao interesse da parte relacionada é o valor total					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A	30/04/2024	4.032.910,24	492.740,07	4.032.910,24	N.A	0
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Contrato de Compra e Venda de 14(quatorze) veículos enter a Companhia, na qualidade de vendedora, e a Via Araucária, na qualidade de compradora em abril de 2024.					
Garantia e seguros	N.A					
Rescisão ou extinção	N.A					
Natureza e razão para a operação	N.A					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11. Transações com partes relacionadas

n) Identificar medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse ("Política"), com o objetivo de estabelecer procedimentos a serem observados a fim de assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

A Política foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de junho de 2020 e se encontra disponível para consulta na página eletrônica da Companhia.

Nesse sentido, vale ressaltar que todas as transações com partes relacionadas identificadas neste Formulário de Referência foram celebradas em observância e conformidade com os critérios e procedimentos previstos na Política e na legislação aplicável, tendo sido previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

A esse respeito, vale notar, ainda que, de acordo com a Política, o Conselho de Administração da Companhia somente aprova transações com partes relacionadas caso conclua serem equitativas e realizadas no melhor interesse da Companhia.

o) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações pactuadas com partes relacionadas descritas no item 11.2 deste Formulário de Referência são devidamente formalizadas mediante celebração de contratos com cláusulas e condições refletindo os preços e práticas de mercado, sempre tendo como objetivo resguardar os interesses da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades. Nesse sentido, o caráter comutativo das transações pode ser comprovado observando-se os termos e condições apresentados nos contratos descritos no item 11.2 deste Formulário de Referência. Adicionalmente, conforme informado no item 11.1 deste Formulário de Referência, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e em atenção às melhores práticas de governança corporativa, todas as transações entre as partes relacionadas estão à disposição dos membros do Conselho de Administração. Vale

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

ressaltar, ainda, que as operações e os negócios da Companhia com partes relacionadas são realizados com o intuito de melhorar o seu desempenho e levam sempre em consideração condições equivalentes às que seriam estipuladas entre partes independentes, como o critério do melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado.

11.3 Outras informações relevantes

11 Transações com partes relacionadas

11.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

A Companhia informa que não há outras informações relevantes para esse tópico.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
20/12/2021		1.500.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
0	0	0

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
03/01/2025		1.177.583.773,64
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
1.177.583.774	0	1.177.583.774

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
02/03/2020	7 anos	1.400.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
1.400.000.000	0	1.400.000.000

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
02/03/2020	7 anos	1.400.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
1.400.000.000	0	1.400.000.000

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12. Capital social e Valores mobiliários

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	CONR11
Data de emissão	15/01/2021
Data de vencimento	15/01/2047
Quantidade Mil	145.500
Valor nominal global R\$	145.500.000,00
Saldo Devedor em Aberto	230.678.126,77
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento em 15/01/2047. Juros de 9,77% a.a. bse 252 Dias Úteis. Crédito Subordinado. Sem eventuais restrições. O Agente Fiduciário desta emissão é a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. A título de remuneração pelos serviços prestados, serão devidas parcelas anuais de R\$12.000,00, reajustadas pela variação positiva acumulada do IPCA.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As alterações podem ser feitas por meio de deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, observadas as regras de instalação e deliberação abaixo. Quórum para instalação: As Assembleias Gerais de Debenturistas são instaladas, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum, exceto se disposto de outra forma na Escritura de Emissão. Quórum para deliberação: Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto na Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, maioria simples das Debêntures em Circulação. Em exceção à regra acima do Quórum Ordinário, as seguintes alterações deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (a) esta mesma disposição; (b) qualquer um dos quóruns previstos na Escritura de Emissão; (c) redução dos Juros Remuneratórios; (d) quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (e) criação de evento de repactuação; e (f) e qualquer alteração nos Eventos de Inadimplemento, conforme definido nos termos da Escritura de Emissão.
Outras características relevantes	N/A

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	BNDES
Data de emissão	15/01/2021

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de vencimento	15/01/2047
Quantidade Mil	339.500
Valor nominal global R\$	339.500.000,00
Saldo Devedor em Aberto	538.166.873,22
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures não serão registradas ou depositadas para negociação em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários, sendo certo que eventuais transferências de titularidade das Debêntures serão realizadas e registradas no Livro de Transferência das Debêntures e averbadas no Livro de Registro das Debêntures.
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debêntures convertidas.
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento em 15/01/2047. Juros de 9,77% a.a. base 252 Dias Úteis. Sem Garantia. Crédito Subordinado. Sem eventuais restrições impostas ao emissor.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não foi constituído agente fiduciário para a Emissão, nos termos do parágrafo 1º do artigo 61 da Lei das Sociedades por Ações. Tendo em vista que as Debêntures possuem apenas um Debenturista, caso seja necessária a aprovação do Debenturista com relação a qualquer matéria relacionada à Emissora ou à Escritura de Emissão, a Emissora deverá convocar o Debenturista por meio de comunicação enviada nos termos da Escritura de Emissão, e o Debenturista deverá manifestar sua decisão com relação à questão examinada em prazo razoável.
Outras características relevantes	N/A

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	CONR12
Data de emissão	15/06/2021
Data de vencimento	15/12/2035
Quantidade Mil	350.000
Valor nominal global R\$	350.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	433.153.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras.
Características dos valores mobiliários de dívida	As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 16 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R\$350.000, através de transferência bancária.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As alterações podem ser feitas através de deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, observadas as regras de instalação e deliberação abaixo. Quórum para instalação: Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem mais de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum de Debêntures em Circulação. São consideradas “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) sociedades controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (diretas ou indiretas) da Emissora ou sociedades sob controle comum, e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º (segundo) grau. Quórum para deliberação: A cada Debênture em Circulação caberá um voto. Qualquer matéria a ser deliberada pelos Debenturistas deverá ser aprovada, em primeira convocação, por Debenturistas que detenham pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, pela maioria simples dos presentes. Além disso, mediante proposta da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação favorável de Debenturistas que detenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, aprovar, seja em primeira ou segunda convocação, qualquer modificação relativa às características das Debêntures que implique alteração: (i) da Atualização Monetária ou dos Juros Remuneratórios, (ii) das Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, (iii) da Data de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e Datas de Amortização das Debêntures, (v) da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento, inclusive sua exclusão, exceto por alterações de redação nos Eventos de Inadimplemento necessárias para refletir as condições de eventual aprovação prévia (waiver) dos Debenturistas nos termos da Cláusula 8.4.2.1 abaixo; (vi) da alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão, (vii) das disposições desta Cláusula, (viii) do objeto e dos termos e condições relevantes das Garantias, (ix) criação de evento de repactuação, (x) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; amortizações extraordinárias facultativas, e (xi) da espécie das Debêntures.
Outras características relevantes	N/A

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	3

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12. Capital social e Valores mobiliários

12.5 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia possuía valores mobiliários de renda fixa listados para negociação no módulo CETIP21 da B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12 Capital social e Valores mobiliários

12.8 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

12.9 Outras informações relevantes

12 Capital social e Valores mobiliários

12.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

A Companhia informa que não há outras informações relevantes para esse tópico.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Gilson de Oliveira Carvalho	Diretor de Relações com Investidores
Robinson Alexandre de Ávila	Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor presidente**EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**

CNPJ/ME nº 36.146.575/0001-64

NIRE nº 35.300.548.213

DECLARAÇÃO

Eu, **Robinson Alexandre de Ávila**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.410.218-X (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 294.364.878-78, na qualidade de Diretor Presidente da **EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, registrada perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (“CNPJ/MF”) sob o nº 36.146.575/0001-64, com sede na Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, Passeio das Castanheiras, 480, Parque Faber Castel, CEP 13.561-384 (“Companhia”), nos termos da resolução nº 59 de 22 de dezembro de 2021, conforme alterada declaro que:

- a. Revisei o formulário de referência da Companhia;
- b. Todas as informações contidas no formulário de referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos. 15 a 20 e
- c. As informações contidas no formulário de referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e os riscos inerentes às suas atividades.

São Carlos, 29 de maio de 2026.



ROBINSON
ALEXANDRE DE
AVILA:29436487878
294.364.878-78

Emitido por: AC VALID
RFB v5

Data: 29/05/2026

Robinson Alexandre de Ávila
Diretor Presidente



13.1 Declaração do diretor presidente

Protocolo de assinaturas

Para verificar a(s) assinatura(s) deste documento, realize o scan do código QR abaixo ou acesse

<https://assinatura.projuris.com.br/scad/protocolos/assinaturas>, preencha o código de verificação e clique em "Verificar".



Código de verificação:

557c59c9-28f6-4227-9ca3-6e1be02279c1

CHAVE:

7613E7A15E8131678B8F16C92114BACE590306F33DEE499FE966827AFAC3FAEA

Atenção! Este documento é uma versão para impressão e não contém as assinaturas digitais e/ou eletrônicas.

Se você está lendo esse documento em uma versão digital, utilizar essa versão para realizar manualmente a verificação das assinaturas não funcionará. Para obter a versão digital deste documento com as assinaturas, siga as instruções acima para realizar a verificação, e clique em "Baixar documento assinado".

Sobre o documento assinado

Detalhes e situação do documento assinado na data 29/05/2026 10:27 (BRT).

Nome do documento: 000_protocolo_assinaturas_13.1Declaracaododiretorpresidente_vf.pdf

Algoritmo: SHA256

Hash: 3EC96AE82A1697D717E82A0255212C55D6410C5792EC37491449F6A0CD89358C

Situação geral: Todas as assinaturas deste documento estão válidas.

- ✓ O documento é autêntico e não foi adulterado.
- ✓ Todos os certificados dos assinantes são válidos.
- ✓ As identidades dos assinantes foram reconhecidas.
- ✓ A assinatura deste documento segue o padrão PDF
- ✓ As datas das assinaturas são confiáveis

Sobre os assinantes

Detalhes e situações dos assinantes deste documento na data 29/05/2026 10:27 (BRT).

Robinson Alexandre de Avila

- **Data da assinatura:** 28/05/2026 21:35 (BRT).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Evidências:**
 - **IP:** 201.48.138.109
 - **Email:** robinson.avila@eixosp.com.br

ROBINSON ALEXANDRE DE AVILA:29436487878

- **Data da assinatura:** 29/05/2026 09:35 (BRT).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Certificado:**
 - **Tipo do certificado:** A3
 - **Emitido por:** ROBINSON ALEXANDRE DE AVILA:29436487878
 - **Validade:** 18/09/2025 13:31 (BRT) - 18/09/2028 13:31 (BRT)
- **Situação:**
 - ✓ Assinatura íntegra
 - ✓ Certificado válido



confiar para transformar

13.1 Declaração do diretor presidente

▪ Identidade reconhecida

- Assinatura Eletrônica Qualificada
- A assinatura esta de acordo com a sua política
- Carimbo válido

◦ **Carimbos:**

▪ **Carimbo do Tempo de Assinatura**

- **Data e hora:** 29/05/2026 09:35 (BRT)
- **Emitido por:** SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT Bry 50151
- **Situação:** Válido

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores**EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**

CNPJ/ME nº 36.146.575/0001-64

NIRE nº 35.300.548.213

DECLARAÇÃO

Eu, **Gilson de Oliveira Carvalho**, brasileiro, casado, contador e advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.237.510 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 063.255.958-66, na qualidade de Diretor Administrativo e de Relações com Investidores da **EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, registrada perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (“CNPJ/MF”) sob o nº 36.146.575/0001-64, com sede na Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, Passeio das Castanheiras, 480, Parque Faber Castel, CEP 13.561-384 (“Companhia”), nos termos da resolução nº 59 de 22 de dezembro de 2021, conforme alterada declaro que:

- a. Revisei o formulário de referência da Companhia;
- b. Todas as informações contidas no formulário de referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos. 15 a 20 e
- c. As informações contidas no formulário de referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e os riscos inerentes às suas atividades.

São Carlos, 29 de maio de 2026.



GILSON DE OLIVEIRA
CARVALHO:0632559586
063.255.958-66

Emitido por: AC VALID
RFB v5

Data: 28/05/2026

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Protocolo de assinaturas

Para verificar a(s) assinatura(s) deste documento, realize o scan do código QR abaixo ou acesse

<https://assinatura.projuris.com.br/scad/protocolos/assinaturas>, preencha o código de verificação e clique em "Verificar".



Código de verificação:

9544c6e6-3423-4481-8cb5-2ca743bad28f

CHAVE:

6F846390C46DB96531F1F027ED78F853087C914969B522C2DEB65108A3250234

Atenção! Este documento é uma versão para impressão e não contém as assinaturas digitais e/ou eletrônicas.

Se você está lendo esse documento em uma versão digital, utilizar essa versão para realizar manualmente a verificação das assinaturas não funcionará. Para obter a versão digital deste documento com as assinaturas, siga as instruções acima para realizar a verificação, e clique em "Baixar documento assinado".

Sobre o documento assinado

Detalhes e situação do documento assinado na data 28/05/2026 18:05 (BRT).

Nome do documento: 000_protocolo_assinaturas_13.1Declaracaododiretorderelacoescominvestidores_vf.pdf

Algoritmo: SHA256

Hash: 49F6F6BBCA7415D379D09EF297B9AAB54481A37FC298E97173F29E1C4753FF22

Situação geral: Todas as assinaturas deste documento estão válidas.

- ✓ O documento é autêntico e não foi adulterado.
- ✓ Todos os certificados dos assinantes são válidos.
- ✓ As identidades dos assinantes foram reconhecidas.
- ✓ A assinatura deste documento segue o padrão PDF
- ✓ As datas das assinaturas são confiáveis

Sobre os assinantes

Detalhes e situações dos assinantes deste documento na data 28/05/2026 18:05 (BRT).

GILSON DE OLIVEIRA CARVALHO:06325595866

- **Data da assinatura:** 28/05/2026 17:59 (BRT).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Certificado:**
 - **Tipo do certificado:** A3
 - **Emitido por:** GILSON DE OLIVEIRA CARVALHO:06325595866
 - **Validade:** 09/12/2024 17:28 (BRT) - 10/12/2027 17:28 (BRT)
- **Situação:**
 - ✓ Assinatura íntegra
 - ✓ Certificado válido
 - ✓ Identidade reconhecida
 - ✓ Assinatura Eletrônica Qualificada
 - ✓ A assinatura esta de acordo com a sua política
 - ✓ Carimbo válido
- **Carimbos:**
 - **Carimbo do Tempo de Assinatura**
 - **Data e hora:** 28/05/2026 17:59 (BRT)



13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Emitido por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT Bry 50110

Situação: Válido

Gilson de Oliveira Carvalho

- Data da assinatura: 28/05/2026 17:59 (BRT).
- Tipo: Assinatura Digital
- Evidências:
 - IP: 186.206.254.199
 - Email: gilson.carvalho@ibhservicos.com.br
 - Geolocalização: -19.967116499978104, -43.96742850315295

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.